

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**A INTERNET COMO SUPORTE PARA O JORNALISMO ANALÍTICO E
INVESTIGATIVO: ANÁLISE DE REPORTAGENS DA AGÊNCIA PÚBLICA**

VANIA DAIANA CRISTIANINI

BAURU
2015

VANIA DAIANA CRISTIANINI

**A INTERNET COMO SUPORTE PARA O JORNALISMO ANALÍTICO E
INVESTIGATIVO: ANÁLISE DE REPORTAGENS DA AGÊNCIA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha

BAURU
2015

VANIA DAIANA CRISTIANINI

**A INTERNET COMO SUPORTE PARA O JORNALISMO ANALÍTICO E
INVESTIGATIVO: ANÁLISE DE REPORTAGENS DA AGÊNCIA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha
Orientador

Prof. Dr. Francisco Rolfsen Belda

Profa. Ms. Lilian Juliana Martins

BAURU
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu tudo, que sempre me protege, abençoa, guia e ilumina.

Aos meus pais, Pedro e Antonia, por sempre estarem ao meu lado me apoiando.

Aos meus irmãos Airton, Antonio Carlos, Ari e Valdete, de quem sempre recebo os melhores conselhos.

Aos meus sobrinhos, Lucas, Rafaela e Marina, pelos momentos de alegria.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em especial à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação e aos Departamentos de Comunicação Social e Ciências Humanas, por fazerem parte de minha formação profissional e pessoal.

Ao meu querido e admirado orientador, Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha, pela paciência e pela orientação nesse trabalho tão importante e especial.

Ao Prof. Dr. Francisco Rolfsen Belda e à Profa. Ms. Lilian Juliana Martins, por me privilegiarem ao aceitarem avaliar esse trabalho.

A todos os professores do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pelo exemplo de conduta acadêmica e por me fazerem acreditar que o estudo é o que dignifica o ser humano.

Dedico este trabalho a Deus e à minha família. Sem eles, nada seria possível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a Internet como espaço propício para o desenvolvimento de reportagens aprofundadas. Os meios de comunicação tradicionais, muitas vezes presos a questões econômicas e políticas, não abordam assuntos relacionados ao coletivo e ao social de maneira satisfatória. O surgimento de meios alternativos é importante e necessário para o desenvolvimento de um jornalismo investigativo, não atrelado a interesses particulares. O financiamento coletivo ou *crowdfunding* é uma alternativa financeira para o desenvolvimento de conteúdo jornalístico e a Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo figura como um meio que se utiliza desse recurso, dentre outros. A análise de reportagens produzidas pela agência permite identificar aspectos da construção analítica e investigativa nesse vasto meio que é a Internet.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Internet. Financiamento Coletivo. *Crowdfunding*. Agência Pública.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the Internet as a space conducive to the development of in-depth reports. The traditional media, often tied to economic and political issues, do not address issues related to collective and social satisfactorily. The emergence of alternative media is important and necessary for the development of investigative journalism, not tied to particular interests. The collective funding or crowdfunding is a financial alternative for the development of journalistic content and the Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo figures as a medium that uses this feature, among others. The analysis of reports produced by the agent allows you to identify aspects of analytical and investigative construction this vast medium that is the Internet.

KEYWORDS: Journalism. Internet. Collective Financing. Crowdfunding. Agência Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. BREVE HISTÓRIA DA INTERNET	12
2.1 INTERNET NO BRASIL	14
3. JORNALISMO DIGITAL NO BRASIL	17
3.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DIGITAL.....	18
3.1.1 CONTEÚDO.....	19
3.1.2 HIPERTEXTUALIDADE	19
3.1.3 INTERATIVIDADE.....	21
3.1.4 LINGUAGEM.....	21
3.1.5 MEMÓRIA	22
3.1.6 INTEGRAÇÃO DE MÍDIAS	23
3.1.7 PERSONALIZAÇÃO	23
3.1.8 VELOCIDADE	25
4. FINANCIAMENTO COLETIVO: UM CAMINHO PARA O JORNALISMO	27
4.1 A AGÊNCIA PÚBLICA.....	29
5. ANÁLISE DE REPORTAGENS.....	33
5.1 “QUANTO MAIS PRESOS, MAIOR O LUCRO”	33
5.2 “AS QUATRO IRMÃS”	36
5.3 “DESAPARECIDOS E ESQUECIDOS”	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXOS	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do Jornal do Brasil.....	15
Figura 2 – Hipertextualidade no corpo do texto.....	20
Figura 3 – Hipertexto aplicado em chamadas para reportagens.....	20
Figura 4 – Consulta em arquivo de <i>site</i>	22
Figura 5 – Exemplo de personalização.....	24
Figura 6 – Atualização constante.....	26
Figura 7 – Página inicial do <i>site</i> da Agência Pública.....	29
Figura 8 – Quadro indicativo ao final da reportagem.....	33

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo tradicional passa por uma profunda crise, seja de identidade, em sua prática ou nos modelos de negócio. A notícia vista apenas como mercadoria vem dando sérios sinais de que o modelo que vem sendo seguido já não é o bastante e recentes demissões em massa confirmam esse apontamento.

Os grandes veículos de comunicação, interessados no lucro acima de tudo, trabalham de acordo com seus interesses. Em se tratando de jornalismo, visar somente os próprios interesses é assumir um jornalismo altamente tendencioso e parcial.

No jornalismo do dia a dia desenvolvido no impresso, no rádio e na televisão não são comuns reportagens extensas e aprofundadas, pois não há tempo e espaço para isso e a publicidade, alma do negócio, é quem dita o número de páginas, de caracteres e a quantidade de minutos.

Eis que a Internet, com seu espaço aparentemente infundável, surge como alternativa para o desenvolvimento de reportagens analíticas e aprofundadas. A grande mídia tem seu problema de espaço resolvido. Seria possível, enfim, publicar complementos para as matérias, tudo o que o jornalismo tradicional não pode aprofundar devido a aspectos comerciais. Mas não é o que acontece. Muitos veículos utilizam-se da Internet apenas como simples plataforma para a reprodução de seu conteúdo “oficial”.

A pesquisa desenvolvida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, denominada “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira”, aponta que 48% da população brasileira usa a Internet. Com relação à frequência, a pesquisa mostra que esse indicador vem aumentando:

O percentual de pessoas que a utilizam todos os dias cresceu de 26% na PBM 2014 para 37% na PBM 2015. O hábito de uso da internet também é mais intenso do que o obtido anteriormente. Os usuários das novas mídias ficam conectados, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana – na PBM 2014, os números eram 3h39 e 3h43 –, valores superiores aos obtidos pela televisão (PBM 2015, 2014, p. 7).

Em se tratando de escolaridade, entre os usuários com ensino superior, 72% acessam todos os dias. Já com as pessoas com escolaridade até a 4ª série, esse percentual cai bruscamente: 5%. De acordo com a faixa etária, a pesquisa

revela que 65% dos jovens entre 16 e 25 anos acessam a Internet todos os dias, enquanto apenas 4% dos usuários com 65 anos ou mais acessam todos os dias.

Mais um dado interessante que a pesquisa revela é que 67% das pessoas utilizam a Internet em busca de informações, sejam elas notícias sobre temas diversos ou informações de modo geral. O mesmo percentual também acessa para diversão e entretenimento, 38% para passar o tempo e 24% em busca de estudo e aprendizagem.

Interessante observar que mais da metade dos acessos à Internet corresponde à busca por informações e isso não pode ser deixado de lado pelos profissionais do jornalismo, mas, há um longo caminho a ser percorrido, afinal, metade da população brasileira ainda não acessa a grande rede de computadores.

Durante uma entrevista nos anos 50, Albert Einstein declarou que três grandes bombas haviam explodido durante o século XX: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações. Aquilo que Einstein chamou de bomba das telecomunicações foi chamado, por meu amigo Roy Ascott (um dos pioneiros e principais teóricos da arte em rede), de “segundo dilúvio”, o das informações. As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento. A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. A densidade dos *links* entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e nas redes (LÉVY, 1999, p. 13).

Em meio a esse “dilúvio”, muitas vezes desordenado, há a esperança de que a Internet seja explorada para o bom desenvolvimento do jornalismo, com as inúmeras possibilidades que a *web* permite.

Apesar de ser um meio relativamente de baixo custo, as reportagens especiais para a Internet necessitam do mesmo rigor de produção e apuração dos meios tradicionais e, isso sim, demanda investimentos.

O cenário seria extremamente desanimador, pois só grandes empresas jornalísticas possuem verba suficiente para o desenvolvimento de um jornalismo analítico e aprofundado, porém, nem sempre o fazem. Os meios dispostos a executar esse jornalismo não dispõem de recursos financeiros e, outro fator muito importante, não dispõem de visibilidade perante a uma grande massa de leitores. Seríamos então fadados a consumir o conteúdo das mesmas empresas de comunicação?

Uma das alternativas que auxilia na mudança dessa situação é o financiamento coletivo de produções jornalísticas. Pessoas interessadas e que se comprometem com as propostas são as financiadoras dessa prática. Fica muito

claro que existe uma procura e uma necessidade por um jornalismo desvinculado da imprensa hegemônica atual.

No próximo capítulo deste trabalho é apresentada uma breve história da Internet, seu desenvolvimento e expansão, bem como sua chegada ao Brasil.

Mais adiante, o ciberjornalismo é destrinchado e seus princípios básicos são expostos, como: conteúdo, hipertextualidade, interatividade, linguagem, memória, integração de mídias, personalização e velocidade.

Há ainda um capítulo especial para a explicação do conceito do financiamento coletivo ou *crowdfunding*, importante recurso utilizado pela Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo e que proporciona o desenvolvimento de matérias analíticas com um viés diferenciado de assuntos, principalmente, sobre direitos humanos.

Por fim, há a análise de três grandes reportagens realizadas pela agência, todas elas desenvolvidas por meio do financiamento coletivo. O objetivo da análise é identificar os aspectos da construção dessas reportagens.

2. BREVE HISTÓRIA DA INTERNET

É importante compreender o surgimento e o desenvolvimento da Internet, antes de se explorar o jornalismo praticado nesse ambiente.

Cenário da Guerra Fria (1945 – 1991): em 1957, a antiga União Soviética lança seu primeiro satélite espacial artificial, o Sputnik. Quatro meses após o feito, o então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, cria a Advanced Research Projects Agency (ARPA – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), uma organização de defesa norte-americana voltada à pesquisa tecnológica para o serviço militar. Em dezoito meses, a ARPA lança o primeiro satélite artificial dos Estados Unidos.

Enquanto isso, o Departamento de Defesa norte-americano preparava-se para um eventual conflito entre as duas potências. O foco era estabelecer uma forma de comunicação e troca de informações entre militares e políticos em meio a uma guerra.

Em 1964, uma importante empresa de consultoria foi contratada pelo governo norte-americano. A Rand Corporation realizou um estudo sobre o Departamento de Defesa e publicou o chamado “Sistemas Distribuídos”, que consistia em estabelecer uma conexão, uma comunicação mais ampla entre as partes envolvidas. Um ataque inimigo poderia desestruturar completamente qualquer comando ou ação entre o Pentágono e as bases militares norte-americanas espalhadas ao redor do mundo.

Entre outras recomendações, a consultoria sugeria a criação de um sistema de comunicação não-hierárquico, em substituição ao sistema tradicional, e a implementação de redes de comutação de pacotes, os quais garantiriam que o comando e o controle dos Estados Unidos pudessem sobreviver no caso de um ataque nuclear maciço destruindo o Pentágono (PINHO, 2003, p. 22).

Todo o trabalho da Rand Corporation gerou, em 1969, a ARPANET, rede nacional de computadores em funcionamento experimental.

A rede antecessora da Internet foi formada inicialmente pela conexão dos computadores de quatro hosts, da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), do Stanford Research Institute (SRI), da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (UCBS) e da Universidade de Utah (PINHO, 2003, p. 24).

Em 1973, dois países estabelecem conexão com a ARPANET: Inglaterra e Noruega, através do University College de Londres e da Royal Radar Establishment. O padrão Ethernet, importante arquitetura de conexão para redes

locais, era discutido na tese de doutorado de Robert Metalcafe, na Universidade de Harvard.

O fluxo de dados cresceu rapidamente e novos usuários foram se ambientando, entre eles pesquisadores universitários com trabalhos voltados à área de segurança e defesa. Novas redes começaram a surgir, como a Bitnet (Because It's Time Network) e a CSNET (Computer Science Network – Rede de Ciência da Computação), que ampliaram o acesso para outras universidades e centros de pesquisas no país.

No ano de 1983, a ARPANET dividiu-se em duas redes. A Milnet, mantendo a ideia inicial e voltada para fins militares, e a nova Arpanet, rede de pesquisa, começando a ser chamada de Internet.

O surgimento de uma rede chamada NSFNET foi um marco no ano de 1986. Desenvolvida pela NSF (National Science Foundation – Fundação Nacional de Ciência), essa rede conectava pesquisadores, chegando a interligar mais de oitenta países no início dos anos 1990. E é justamente em 1990 que a ARPANET é oficialmente encerrada, dando lugar para a Internet e seu crescimento acelerado. Portanto, no final de década de 1980 já haviam muitos computadores conectados. Em sua maioria, equipamentos acadêmicos instalados em laboratórios e em centros de pesquisa, porém, a Internet não apresentava uma interface gráfica interessante.

Enquanto o número de universidades e investimentos aumentava em progressão geométrica, tanto na capacidade dos hardwares como dos softwares usados nas grandes redes de computadores, outro núcleo de pesquisadores, até bem modesto, criava silenciosamente a World Wide Web (Rede de Abrangência Mundial), baseada em hipertexto e sistemas de recursos para a Internet (FERRARI, 2006, p. 16).

Em 1980, o inventor da World Wide Web – WWW, teia de abrangência mundial ou simplesmente web, Tim Berners Lee, criou um programa de computador chamado Enquire que organizava informações, inclusive as que continham *links*. Trabalhou sobre esse programa e, em 1989, o apresentou. No ano seguinte, contou com a colaboração de Robert Cailliau, que estava apresentando o sistema de hipertexto CERN e trabalhando em um navegador de Internet chamado Samba.

Em 1992, Lee foi convidado pelo *designer* e pesquisador Jean François Groff a participar de aulas no projeto InfoDesign, que inovou em termos de *design*, arquitetura e protocolos. Groff teve importante papel na criação da versão original da World Wide Web e na configuração gráfica em que se moldava a Internet.

No mesmo ano, um grupo de pesquisadores se reuniu com o intuito de explorar a World Wide Web. O grupo chamado College recebeu a colaboração de Marc Andreessen, grande estudioso do software Unix e de navegadores para Internet.

Foi criado por Andreessen, o Mosaic, primeiro *browser* (navegador) pré-Netscape. Em 1993, o Mosaic apresentava a interface ideal para a Internet e seu ambiente gráfico: seguro, estável, de fácil instalação e possibilidade de trabalho com imagens simples. A configuração dos *sites* era praticamente a mesma: simples, com pequenas imagens e fundo cinza. Para seus criadores, esse já era um importante começo.

A partir desse momento, o crescimento e o aperfeiçoamento da Internet foi acelerado:

O crescimento da WWW foi rápido e não parou desde então. Em 1996, já existiam 56 milhões de usuários no mundo. Naquele mesmo ano, 95 bilhões de mensagens eletrônicas foram enviadas nos Estados Unidos, em comparação às 83 bilhões de cartas convencionais postadas nos correios, segundo dados da Computer Industry Almanac. Para dar uma dimensão do crescimento da Internet, o número de computadores conectados ao redor do mundo pulou de 1,7 milhão em 1993 para vinte milhões em 1997 (FERRARI, 2006, p. 17).

Com a expansão, *sites* de busca também procuraram se aprimorar. Em 1997, o termo “portal” passa a ser utilizado como significado de “porta de entrada”.

O *site* Yahoo! foi criado em 1994, mas em 1997 implementa o conteúdo e faz uso de aplicativos que obrigam o usuário a entrar em um *website* específico para aumentar o número de acessos – os *stick applications*.

O grande interesse dos *websites* era manter os usuários concentrados, utilizando para isso atrativos. Surgem os *chats* (páginas de bate papo em tempo real) e os serviços *on line*.

2.1 INTERNET NO BRASIL

No Brasil, em 1989, é criada a RNP – Rede Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de implantar a Internet no meio acadêmico. No ano seguinte, o país passa a se comunicar via computadores.

Observa-se que houve o surgimento dos *websites* de conteúdo em algumas empresas jornalísticas.

O Jornal do Brasil (Figura 1) foi o responsável pelo primeiro *website* jornalístico em 1995, seguido logo após pelo jornal O Globo.



Figura 1 – Página inicial do Jornal do Brasil
Fonte: Site Jornal do Brasil (2015)

Para entender o surgimento dos portais brasileiros, na segunda metade da década de 90, é necessário olhar um pouco a história da imprensa brasileira, composta por grandes conglomerados de mídia, na maioria oriundos de empresas familiares. Esses mesmo grupos detêm, também, a liderança entre os portais - e por isso são informalmente chamados de "barões da Internet brasileira" (FERRARI, 2006, p. 25).

Foram importantes empresas como o Grupo Estado (detentor do jornal O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde), o grupo Folha (detentor do jornal Folha de S. Paulo), as organizações Globo e a Editora Abril que deram início ao conteúdo na Internet brasileira. Em 1996, é lançado o portal UOL (Universo Online) pelo Grupo Folha.

No período compreendido entre 1997 e 2000 é nítida a mudança de foco dos grandes *websites* de conteúdo. Estes passam a adotar um grande volume de conteúdo, porém, sem o aprofundamento das notícias.

Se olharmos o cenário a partir do início de 2001, no entanto, percebemos que a Internet abandonou o glamour de 2000, quando todo proprietário de *site* imaginava que, com pouco investimento e muita criatividade, ficaria rico e faria com que seu *site* figurasse como *case* de sucesso nas revistas especializadas. O mercado passou a preocupar-se mais seriamente com a integração entre conteúdo de qualidade, *design* acessível e viabilidade

financeira – a ser obtida não mais com o aporte abundante de capital dos investidores, mas com a obtenção de receita por publicidade, um caminho certamente bem mais difícil (FERRARI, 2006, p. 28).

Quem muito lucrou nessa nova realidade foram as agências de publicidade especializadas em mídia eletrônica. Muitas empresas passaram a exibir sua marca na Internet, como forma de *marketing* e estreitamento na relação com os clientes.

Sites como Yahoo!, AOL e MSN atravessaram muito bem esse período e com muitos acessos. Esses portais contavam com conteúdo variado e atualização em tempo real, itens necessários para enfrentar a concorrência. Porém, com pouco tempo disponível para elaboração das matérias, foram perdendo a qualidade e sendo subestimados. A classe jornalística, feliz com o próspero início, se deparou com uma situação desanimadora.

O público virtual até então era composto pelas classes A e B. Mas, nos anos 2000, visando atingir as classes C e D, surge no mercado o provedor gratuito iG, que se deparou com fortes concorrentes, os provedores pagos StarMedia, AOL, UOL e ZAZ (atual Terra). No entanto, seu apelo teve sucesso, a gratuidade.

Muitos usuários deixaram de pagar seus provedores e optaram pela Internet sem custo. Ao final do primeiro mês, o iG tinha quase oitocentos mil usuários cadastrados e uma média próxima a 1,1 milhão de *page views* por dia (FERRARI, 2006, p. 29).

A expansão da telefonia fixa juntamente com o surgimento de mais provedores gratuitos aumentou significativamente o número de pessoas conectadas à Internet e estimulou a oferta de empregos nessa área.

3. JORNALISMO DIGITAL NO BRASIL

Como exposto anteriormente, a partir da segunda metade da década de 1990, grandes jornais impressos lançaram na rede suas versões eletrônicas. Porém, essas versões eram reproduções fiéis dos exemplares impressos.

No entanto, surgiram *websites* noticiosos, veiculando matérias que não eram encontradas nos meios impressos, com a disposição de recursos e textos mais longos.

Como define SCHWINGEL (2012, p. 37):

Ciberjornalismo é a modalidade jornalística no ciberespaço fundamentada pela utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdos que possibilitam a composição de narrativas hipertextuais, multimídias e interativas. Seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade narrativa com a flexibilização dos limites de tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o usuário nas etapas de produção. Os sistemas de gerenciamento e publicação de conteúdos são vinculados a bancos de dados relacionais e complexos.

Os meios de comunicação como a mídia impressa, o rádio e a televisão fundem-se em um novo modelo disponibilizado digitalmente, que permite ao usuário o acesso a um maior número de informações de forma rápida e provenientes de várias fontes. O usuário assume tanto o papel de leitor quanto também o de divulgador de informações.

Em 1995, o primeiro jornal com sua versão eletrônica foi o Jornal do Brasil e, graças a isso, iniciava-se um processo que seria seguido por outras grandes empresas jornalísticas.

Esses novos meios careciam de atualizações, que eram realizadas com espaços de tempo muito grandes entre elas, o que não agradava os leitores.

Em 1996, surge um espaço voltado para notícias, tendo como único ambiente a Internet: o Brasil Online. Gerado pelo Universo Online, posteriormente passou a ser Folha Online, a partir de uma parceria entre o Grupo Folha e a UOL.

A informação foi se modificando para um esquema “de muitos para muitos”, um novo tipo de interação com a mídia, diferentemente do que ocorre com as formas de comunicação tradicionais. Estas, baseadas no esquema “de um para muitos”, pelo qual há apenas um emissor e vários receptores. Mas isso passa por transformações, a partir do momento em que o meio digital disponibiliza tantos caminhos ao leitor, antes tido como passivo.

O jornalismo *on-line* rompe com problemas anteriores, como a falta de espaço que as publicações impressas enfrentavam, e a questão do tempo nas grades de programação das emissoras de rádio e de televisão. Maximiza ações de personalização, atualização e interatividade. Tudo isso aliado ao baixo custo de se manter um *website* no ar, em relação aos custos de operação dos demais meios.

Com o passar do tempo, todos os veículos digitais, dos menores aos mais bem conceituados, passaram a se preocupar em agregar valor às versões digitais. O modelo da simples cópia da versão editada para o suporte impresso foi reprojetoado para *websites*, que passaram a contar com matérias e recursos que complementam as edições em papel.

A partir de meados da década de 1990, a Internet trabalha como grande propagadora de informações. Em 2000, com o advento da Internet grátis, o país viu o número de usuários aumentar de maneira significativa.

Os *sites* jornalísticos passaram a contar com notícias atualizadas em tempo real. O fluxo de informações produzidas por um *website* é extremamente maior se comparado ao de uma mídia impressa.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO DIGITAL

O usuário da rede mundial de computadores se depara, todo dia, com inúmeras opções de *websites* de notícias. E, por isso, é necessário tornar o *website* o mais atraente possível para despertar a atenção para a notícia disponibilizada *on line*.

A estrutura do texto da notícia não diverge da normalmente utilizada. É importante apenas que se integre a informação ao meio, utilizando-se as variadas formas de disposição do conteúdo possíveis, ricos ganchos por meio de *links* e integração de mídias como áudio, vídeo, animação e imagem.

O sucesso de um *website* de notícias depende da atenção dada à averiguação e à veracidade das informações, características muito importantes. No contexto atual e globalizado, com o maior alcance das tecnologias, o cidadão tornou-se difusor e fonte de notícias, simultaneamente, no momento em que acontecem. De receptor, passou também a ser emissor e curador de informações.

O webjornalismo apresentou um novo meio e novas formas de trabalho. Esse meio conta com algumas características: conteúdo, hipertextualidade,

interatividade, linguagem, memória, integração de mídias, personalização e velocidade.

3.1.1 CONTEÚDO

“Conteúdo tornou-se a palavra da moda nos tempos da proliferação de *sites*. E não foi à toa: é em busca de conteúdo – mais até mesmo do que de serviços – que as pessoas acessam a maioria dos *sites*” (FERRARI, 2006, p. 39).

O conteúdo na Internet não é limitado à simples leitura de uma notícia, vai muito além do “recheio” das mídias tradicionais. É um misto de recursos que permite, no resultado final, maior integração com o leitor. A matéria nunca estará acabada, pode ser modificada e complementada por meio *e-mails*, sugestões, críticas ou pontos de vista diferentes. O conteúdo está espalhado por todo o meio eletrônico.

Até mesmo o texto deixou de ser definitivo – um e-mail com comentários sobre determinada matéria pode trazer novas informações ou um novo ponto de vista, tornando-se, assim, parte da cobertura jornalística. E acessar um conteúdo não é necessariamente a leitura de uma notícia, já que engloba textos que trafegam pelas salas de bate-papo, mensagens enviadas nos fóruns, resenhas de livros e discos e colunas. Enfim, o conteúdo não está apenas na área de notícias dos portais, mas sim espalhado por quase todos os produtos oferecidos pelo endereço eletrônico (FERRARI, 2006, p. 39).

3.1.2 HIPERTEXTUALIDADE

A hipertextualidade consiste em incorporar os chamados *hyperlinks*, ou simplesmente *links*, no corpo do texto, conforme mostra a Figura 2, ou utilizá-los como chamadas para reportagens, conforme a Figura 3.



Segunda Guerra Mundial

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Nota: Para o livro de Winston Churchill, veja *A Segunda Guerra Mundial* (Churchill).

Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo — incluindo todas as grandes potências — organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados. Em estado de "guerra total", os principais envolvidos dedicaram toda sua capacidade econômica, industrial e científica a serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares. Marcado por um número significativo de ataques contra civis, incluindo o Holocausto e a única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, foi o conflito mais letal da história da humanidade, resultando entre 50 a mais de 70 milhões de mortes.¹

Geralmente considera-se o ponto inicial da guerra como sendo a invasão da Polónia pela Alemanha Nazista em 1 de setembro de 1939 e subsequentes declarações de guerra contra a Alemanha pela França e pela maioria dos países do Império Britânico e da Commonwealth. Alguns países já estavam em guerra nesta época, como Etiópia e Reino de Itália na Segunda Guerra Italo-Etiope e China e Japão na Segunda Guerra Sino-Japonesa.² Muitos dos que não se envolveram inicialmente acabaram aderindo ao conflito em resposta a eventos como a invasão da União Soviética pelos alemães e os ataques japoneses contra as forças dos Estados Unidos no Pacífico como Pearl Harbor e em colônias ultramarítimas britânicas, que resultou em declarações de guerra contra o Japão pelos Estados Unidos, Países Baixos e o Commonwealth Britânico.^{3,4}

A guerra terminou com a vitória dos Aliados em 1945, alterando significativamente o alinhamento político e a estrutura social mundial. Enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) era estabelecida para estimular a cooperação global e evitar futuros conflitos, a União Soviética e os Estados Unidos emergiram como superpotências rivais, preparando o terreno para uma Guerra Fria que se estenderia pelos próximos quarenta e seis anos (1945-1991). Nesse interim, a aceitação do princípio de autodeterminação acelerou movimentos de descolonização na Ásia e na África, enquanto a Europa ocidental dava início a um movimento de recuperação econômica e integração política.

Índice [esconder]

- 1 Cronologia
- 2 Antecedentes

Segunda Guerra Mundial

Sentido horário, do topo à esquerda: Forças chinesas na Batalha de Wanjiang; forças australianas durante a Primeira Batalha de El Alamein; aviões alemães Stuka na Frente Oriental; forças navais estadunidenses no Golfo de Lingayen; Wilhelm Keitel assinando a Rendição Alemã; tropas soviéticas durante a Batalha de Stalingrado.

Data 1 de setembro de 1939 – 2 de setembro de 1945

Figura 2 – Hipertextualidade no corpo do texto
Fonte: Site Wikipédia – A enciclopédia livre (2015)



FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2015

Tensões entre governo e Congresso levam dólar a fechar em R\$ 3,30

Valor é maior em quase 12 anos; Cid Gomes, da Educação, deixou o cargo nesta quarta

EM EVENTO
Tucano, governador de Goiás faz discurso em defesa de Dilma

■ Corrupção venceu a vontade, diz líder do Cid

CONGRESSO
Principal aliado de Dilma, PMDB quer mudar MPs do ajuste fiscal

■ Presidente do conselho reformou ministérios

TUDO SOBRE O CONTRABANDO NO BRASIL

Para deputado do DEM, governo é omisso em lcs contra o descaminho

Polícia integrada e tecnologia são apostas anticrime, diz Cardozo

■ Aplicação está só, diz secretário de Segurança do Rio

Marta Suplicy avisa ao PSB que deixará o PT até maio

Senadora quer disputar Prefeitura de SP

editoriais

folhashop

Figura 3 – Hipertexto aplicado em chamadas para reportagens
Fonte: Site Folha de S. Paulo (2015)

Os *links* são elementos básicos na hipertextualidade. Possibilitam passar de um ponto do documento para outro ponto no mesmo ou em outro documento ou *site*.

Um bloco de diferentes informações digitais interconectadas é um hipertexto, que, ao utilizar nós ou elos associativos (os chamados *links*), consegue moldar a rede hipertextual, permitindo que o leitor decida e avance sua leitura no modo que quiser, sem ser obrigado a seguir uma ordem linear. Na Internet não nos comportamos como se estivéssemos lendo um livro, com começo, meio e fim. Saltamos de um lugar para outro - seja na mesma página, em páginas diferentes, línguas distintas, países distantes etc. (FERRARI, 2006, p. 42).

A hipertextualidade deve ser aplicada com parcimônia, com o intuito de complementar com dados, fazendo a conexão entre o assunto e informações relevantes, e é uma característica muito forte do meio virtual.

3.1.3 INTERATIVIDADE

Em outros meios de comunicação de massa, o receptor recebe a informação de forma praticamente passiva, enquanto que no meio eletrônico o mesmo receptor encontra maior facilidade para estabelecer relações com o emissor.

A interatividade consiste em dar flexibilidade ao usuário. Este comanda suas próprias ações e controla a maneira como um programa funcionará, o que permite trocas entre sistema e usuário. Essa tecnologia permite resultados imediatos. Muito mais do que simples controle de aceitação do público, em relação ao *website*, por meio de pesquisas, a interatividade possibilita ao usuário escolher o conteúdo que quer ver.

3.1.4 LINGUAGEM

O jornalismo na Internet usa uma linguagem específica do meio: a linguagem multimídia, que não se trata de linguagens de programação para computador, mas sim de uma integração entre texto, imagem, áudio, animação e recursos de informática. Ocorre uma mudança de atitude do profissional de jornalismo, que se torna um profissional multimídia, passa a integrar equipes que se ocupam da interação dessas linguagens.

O texto jornalístico continua sendo a peça chave de todo esse processo. No entanto, há a necessidade de adaptação desse texto para cada plataforma. O

leitor que apenas passa pelo *website* deve sair satisfeito, assim como aquele que busca maior aprofundamento, ou tão satisfeito como aquele que recebe uma simples nota em seu celular.

3.1.5 MEMÓRIA

Mediante um espaço praticamente ilimitado, os *websites* guardam todo o material no decorrer do tempo. Essa é a melhor forma de oferecer ao leitor uma notícia completa. Por meio de consultas, a partir de períodos de tempo ou de palavras-chaves, é exibido todo um conteúdo veiculado no passado.

Não se pode negar que essa é uma forma muito eficaz de auxílio em estudos e pesquisas, já que todo um arquivo digitalizado pode passar por filtros, refinando o resultado em dados precisos.

Na Figura 4 está representado esse conceito. O jornal Folha de S. Paulo e muitos outros veículos de informação disponibilizam em seus *sites* as versões anteriores já publicadas.



Figura 4 – Consulta em arquivo de *site*
Fonte: Site Acervo Folha (2015)

3.1.6 INTEGRAÇÃO DE MÍDIAS

A integração de mídias ou multimídia é uma característica que converge texto, som, imagem e animação no conteúdo de uma notícia.

Um grande ponto do jornalismo *on-line* é a multimídia. O fato de uma notícia receber complementos a mais, sejam *podcasts* (arquivos de áudio), vídeos, gráficos, infográficos interativos, imagens ou animações faz com que aumente a credibilidade do portal de notícias e com que a informação se torne mais completa.

Como exposto anteriormente, há o tipo de leitor que se apega mais aos recursos multimídia, passando com despreendimento pelos textos. Nesse caso, contar a notícia de uma forma diferenciada por meio de outros recursos deixa o leitor bem informado e satisfeito.

Os repórteres de mídias impressas, por exemplo, privilegiam a informação: os de TV buscam cenas emocionantes, sons e imagens para serem transmitidos junto com o texto da notícia. Já os jornalistas *on-line* precisam sempre pensar em elementos diferentes e em como eles podem ser complementados. Isto é, procurar palavras para certas imagens, recursos de áudio e vídeo para frases, dados que poderão virar recursos interativos e assim por diante (FERRARI, 2006, p. 48).

Disponibilizar vários dados, por meio de diversas ferramentas, permite ao usuário um amplo conhecimento. Permite que o leitor escolha o que ler e com quais fontes vai dar prosseguimento e dedicar seu tempo.

Um estudo do instituto norte-americano Poynter mostrou que 75% dos artigos *on-line* são lidos na íntegra, percentual muito superior ao dos veículos impressos, em que não mais que 25% dos textos são lidos inteiros. Isso ocorre porque o leitor impresso não realiza nenhuma tarefa para chegar até o final da reportagem, enquanto o leitor *on-line* precisa clicar e escolher o que quer ler (FERRARI, 2006, p. 51).

3.1.7 PERSONALIZAÇÃO

Tratando-se do meio virtual, extremamente amplo e variado, a ação de personalizar algo pode parecer difícil, praticamente impossível, mas não é. Há recursos que permitem moldar o perfil de um usuário e então tomar as providências necessárias para a personalização.

A informação personalizada pode se dar por meio de boletins eletrônicos ou das chamadas *newsletters* (e-mails que informam ao usuário sobre as atualizações do portal ou *website*) enviadas aos usuários comunicando sobre os

assuntos de seu interesse, os quais já foram previamente escolhidos; possibilidade de alterações no *website* que o próprio usuário pode realizar, como mudança de *layout*, de cor de fundo, de fonte, visualização de determinados temas etc. A Figura 5 ilustra a possibilidade personalização por temas de interesse e por fontes de informação.

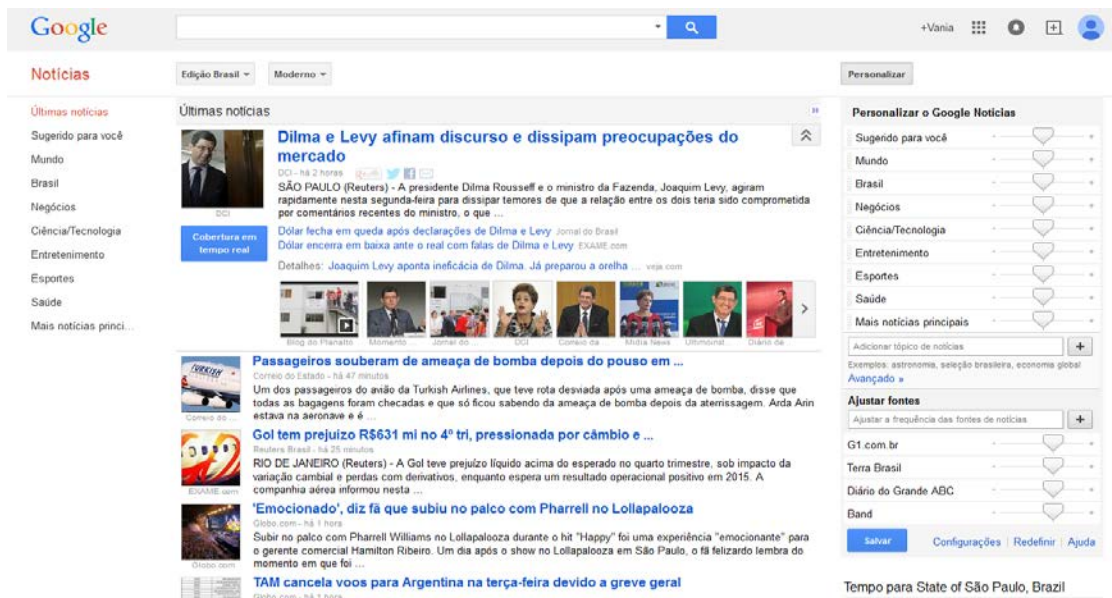


Figura 5 – Exemplo de personalização
Fonte: Site Google Notícias (2015)

É de extrema importância estar atento a todos os passos do usuário em um *site*. Utilizar-se de registros de visitas passadas, acompanhar o caminho percorrido pelo usuário por meio do clique do *mouse*, ou seja, o histórico dentro do *site* etc. Com o passar do tempo, é possível ter o perfil dos frequentadores, quais as áreas de mais interesse, quais são menos visualizadas, quanto tempo cada pessoa passa no *site*, com que frequência o visita. Isso proporciona a criação de um valioso banco de dados, permite esquematizar estatísticas de acesso, montar um serviço ainda melhor para esse segmento dos usuários da rede e potencializar ações para fidelizar e atrair novos usuários do mercado.

3.1.8 VELOCIDADE

A Internet proporciona rapidez no acesso às informações jornalísticas e facilidade para a produção e distribuição das matérias *on-line*, o que resulta em constante atualização dos *websites*, praticamente de forma instantânea.

Graças a essa velocidade, surgiu uma modalidade de jornalismo cuja maior característica é a atualização em tempo real. A instantaneidade representa todo o poder da grande rede de computadores, porém há necessidade de um estudo mais aprofundado. Pode ocorrer a queda da qualidade das notícias, ou mesmo o compartilhamento de notícias muito superficiais com o leitor, em virtude da concorrência entre os portais e *blogs*.

Achar que o mais importante é oferecer as últimas notícias o mais rápido possível é um grande equívoco do meio. Os leitores raramente percebem quem foi o primeiro a dar a notícia – e, na verdade, nem se importam com isso. Uma notícia superficial, incompleta ou descontextualizada causa péssima impressão. É sempre melhor colocá-la no ar com qualidade, ainda que dez minutos depois dos concorrentes (FERRARI, 2006, p. 49).

A velocidade nada mais é do que o resultado de um processo mecânico. Não representa uma linguagem moderna dos meios de comunicação, nem maior qualidade em relação aos concorrentes.

Na Figura 6, o conceito de velocidade fica claro. A rede social Twitter, amplamente utilizada por empresas de comunicação, possibilita atualização minuto a minuto.



Figura 6 – Atualização constante
Site: Twitter do Estadão (2015)

O uso de uma importante ferramenta é aliada na batalha velocidade e acompanhamento de notícias e conteúdos em *sites*: o RSS (Really Simple Syndication). O RSS consiste no envio de uma mensagem, por meio de um programa chamado agregador, direto na tela do computador quando um *site* publica uma novidade. O agregador é um *software* simples, com opções gratuitas, de instalação fácil, semelhante ao *e-mail*. Nele é possível cadastrar os endereços das páginas de Internet, chamados de *feeds*. Basta entrar em qualquer *site* que contenha o símbolo RSS e copiar o endereço para o agregador.

4. FINANCIAMENTO COLETIVO: UM CAMINHO PARA O JORNALISMO

Para assinar um jornal ou uma revista semanal, por exemplo, é necessário desembolsar uma quantia significativa. Em troca, recebe-se a publicação, veiculando um conjunto de notícias selecionadas por uma equipe jornalística e que estejam de acordo com a ideologia de uma empresa, sejam esses valores morais e sociais explícitos ou não.

O assinante tem pouca influência sobre o conteúdo da publicação e, quando a diretoria resolve realizar cortes de pessoal, o leitor é o último a ficar sabendo. Não cabe a ele opinar sobre como o seu dinheiro é investido. Sua participação limita-se à leitura da revista ou do jornal, a fazer críticas e a dar sugestões de melhorias por meio dos canais de comunicação estabelecidos pela empresa jornalística.

O papel do leitor como financiador é pequeno e, se decidir assinar a publicação, o que ele vai receber é o mesmo que os outros leitores e assinantes. Se não assinar, a revista seguirá existindo em termos editoriais e em sua ideologia. Propõe-se aqui analisar o leitor/assinante e a sua participação no produto final e não o seu papel como mero contribuinte para a vida financeira de um produto jornalístico. É óbvio que a falta de assinantes diminui o número de pessoas visualizando os anúncios publicitários e as propagandas de ideias e, com isso, os anunciantes também tendem a repensar seus investimentos, o que causa a extinção do título.

Essa explanação é fundamental para entender o que tem levado pessoas a investirem o seu dinheiro em projetos de jornalismo por meio do recurso do financiamento coletivo, ou, em inglês, *crowdfunding*.

O fato de o público financiar o jornalismo não é algo novo: a audiência sempre foi a fonte de renda da atividade, seja pagando efetivamente (como em uma edição de jornal), seja por intermédio da publicidade. No entanto, este caso é diverso. Aqui, ele financia a ideia antes que esteja pronta; o leitor escolhe se ela vai viver ou não. De certa forma, o leitor aqui é o mecenas do jornalista, que deve justificar a importância de seu trabalho e os motivos para que ele seja financiado. Os filtros mudam de lugar. Antes, o jornalista entregava conteúdo, que havia produzido de acordo com seus critérios, e o leitor podia escolher se comprava ou não. Agora, o jornalista pode até moldar a proposta, mas quem decide se aquilo vai ao ar ou não é a audiência (FONTOURA, 2012, pp. 13-14).

Quando se fala em *crowdfunding*, observa-se um modelo completamente diferente daquele do jornalismo tradicional.

O foco é a qualidade e não a quantidade. E não se trata de qualidade jornalística apenas, mas de experiência. Não se trata de uma relação entre fornecedor e consumidor, mas de algo simbolicamente muito mais complexo: a integração do leitor no fazer jornalístico. E é por isso que combina tão bem com a nova era da produção do jornalismo pós-industrial (VIANA, 2014, p. 72).

O interessante é ver abordados temas de interesse social, coletivo e público e não reportagens personalizadas. É o leitor interagindo com a prática jornalística.

A grande mudança com relação à participação do público, no âmbito do financiamento coletivo é que se trata aqui de uma lógica jornalística diferente, não apenas de contribuições de conteúdo do público. O mecanismo produtivo do jornalismo é recriado, mas fora do ambiente tradicional de redação e de uma forma diversa do modelo a que a atividade está atrelada. A questão é que ainda é o jornalista que faz a notícia, mas muda a maneira como esta prática acontece. A contribuição das pessoas se dá no nível da aprovação (ou não) prévia das propostas feitas pelos jornalistas. É um “microcosmos jornalístico” diverso, com uma lógica de produção oposta à tradicional (FONTOURA, 2012, p. 7).

O *crowdfunding* surge como alternativa econômica para levar adiante projetos investigativos com a participação dos leitores. Consiste na captação de verba por meio de múltiplas fontes de financiamentos, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa.

O financiamento coletivo, ou, em inglês, *crowdfunding*, é uma maneira de custear projetos que tem sido aplicada também ao jornalismo. As pessoas se reúnem e angariam fundos para apoiar iniciativas jornalísticas, como a publicação de uma edição de revista, de reportagens individuais, de reportagens especiais etc. É um fenômeno singular, que merece atenção acadêmica. É um processo que antes pertencia ao *gatekeeper* jornalista, que recebia diversas propostas de notícias e escolhia quais seriam publicadas, mas que hoje se modifica, com um público que recebe diversas propostas de notícias e escolhe quais irá financiar (FONTOURA, 2012, p. 1).

No Brasil, o *crowdfunding* para o jornalismo surgiu em 2011, com a plataforma específica do *site* Catarse (<https://www.catarse.me>). Um dos primeiros projetos jornalísticos foi o “Cidades para pessoas”, da jornalista Natália Garcia e conseguiu arrecadar mais de 25 mil reais. O foco do projeto era subsidiar as viagens da repórter para 12 cidades e o objetivo era apresentar as soluções urbanísticas que as grandes cidades encontraram para privilegiar a vida das pessoas.

“O Catarse é uma poderosa ferramenta para viabilizar financeiramente um projeto. Aqui iniciativas inovadoras, criativas e ambiciosas se tornam realidade a partir da colaboração direta de pessoas que se identificam com elas” (CATARSE, 2015).

Para entender quem doa e por quê, o Catarse realizou em 2013 a pesquisa Retrato do Financiamento Coletivo no Brasil, voltada àqueles que já doaram

para iniciativas na área. [...] Chama a atenção o fato de que 74% das pessoas que doaram recebem até 6.000 reais por mês – ou seja, são de classe média, não exatamente o tipo de gente que realiza doações porque está “sobrando” dinheiro. Doam porque veem ali um enorme benefício (VIANA, 2014, p. 73).

Mas como isso pode beneficiar o jornalismo, ou os jornalistas? Outro dado que salta aos olhos na pesquisa é que 10% dos entrevistados disseram trabalhar na área de jornalismo e comunicação, sendo ela uma das três áreas mais recorrentes, ao lado de *web* e administração. No caso específico do jornalismo, abre-se aí uma nova fronteira do que seria a participação do público, que vai muito além dos pequenos e restritos papéis que lhe eram permitidos tradicionalmente (VIANA, 2014, p. 73).

“O *crowdfunding* combina com a era do jornalismo pós-industrial porque derruba a relação viciada entre fornecedor e consumidor” (VIANA, 2014, p. 74).

Um caso interessante de financiamento coletivo em prol do jornalismo é o da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo.

4.1 A AGÊNCIA PÚBLICA

A Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo (Figura 7), ou simplesmente, a Pública, é representada por um *site* brasileiro jornalístico fundado em 2011, cuja sede fica em São Paulo/SP. Denomina-se agência independente de jornalismo investigativo.

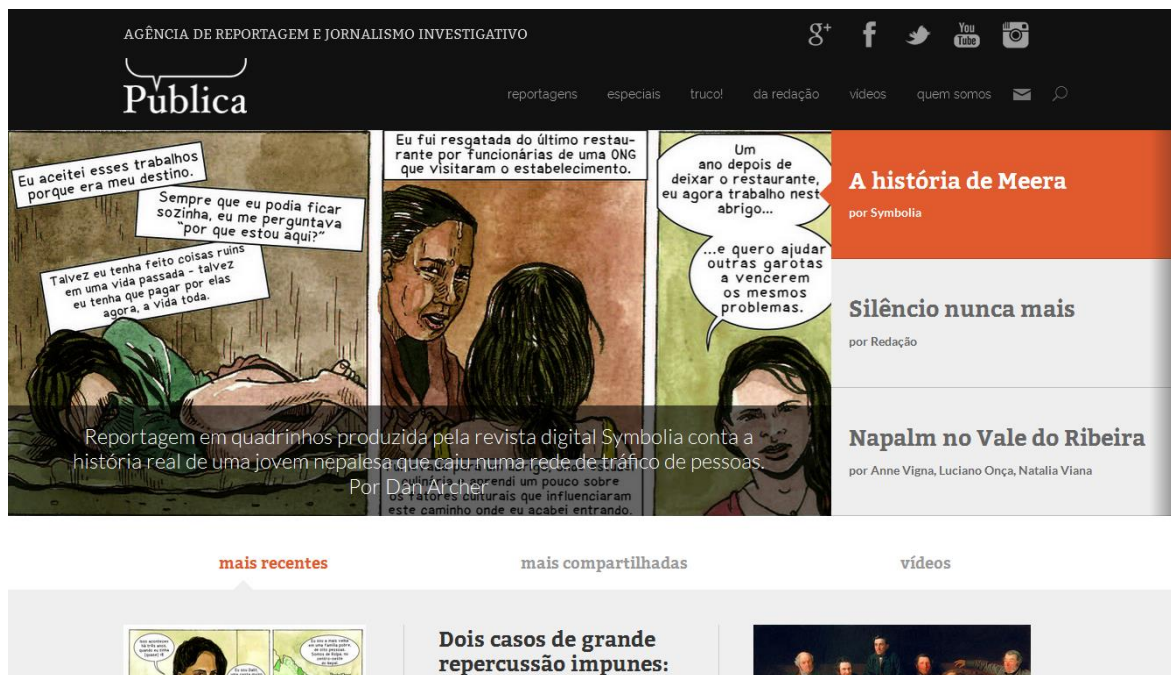


Figura 7 – Página inicial do *site* da Agência Pública
Fonte: *Site* da Agência Pública (2015)

Nossa missão é produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população

– visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos (A PÚBLICA, 2015).

Apostando em um modelo sem fins lucrativos para manter a independência, a agência disponibiliza todas as reportagens livremente para mais de 60 veículos de comunicação, por meio da licença Creative Commons.

As licenças e instrumentos de direito de autor e de direitos conexos da Creative Commons forjam um equilíbrio no seio do ambiente tradicional "todos os direitos reservados" criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos. Os nossos instrumentos fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos. Em conjunto, estes instrumentos e os seus utilizadores formam um corpo vasto e em crescimento de bens comuns digitais, um repositório de conteúdos que podem ser copiados, distribuídos, editados, remixados e utilizados para criar outros trabalhos, sempre dentro dos limites da legislação de direito de autor e de direitos conexos (CREATIVE COMMONS, 2015).

A agência tem como pilar uma rigorosa apuração nas reportagens e a defesa, acima de tudo, dos direitos humanos. Além de produzir reportagens, A Pública distribui bolsas voltadas ao jornalismo independente e investigativo. “Para nós, o jornalismo não está em crise – está em renovação. A Pública acredita na reportagem. E no repórter” (A PÚBLICA, 2015).

A agência coleciona prêmios e indicações na área do jornalismo desde a sua criação e o quadro fixo de colaboradores é composto Marina Amaral (diretora), Natalia Viana (diretora), Andrea Dip (repórter especial), Roberta Carteiro (gerente administrativa), Ciro Barros (repórter), Jéssica Mota (repórter), Luciano Onça (vídeo), Bruno Fonseca (repórter e infografia), Giulia Afiune (repórter) e Marina Dias (coordenadora de comunicação). Eventualmente, outros colaboradores participam do projeto, com as reportagens possíveis graças às bolsas, por exemplo.

O conselho da Agência Pública conta com os nomes de Carlos Azevedo, Eliane Brum, Leonardo Sakamoto, Jan Rocha, Ricardo Kotscho, Ivana Moreira, Giannina Segnini e Gavin MacFadyen.

Entre os financiadores da agência estão organizações internacionais como a Fundação Ford, a Omidyar Network e a Open Society Foundations. O *site* conta também com ações de financiamento coletivo (*crowdfunding*) e disponibiliza uma lista com os nomes dos doadores. Além disso, a Pública disponibiliza informações com os dados bancários para o leitor que se identificar com o projeto da agência e quiser realizar doações.

O primeiro projeto de *crowdfunding* da agência surgiu em meados no ano de 2013, em meio aos fortes protestos que o país vivenciava. Era um período turbulento e as coberturas jornalísticas das grandes empresas de comunicação pareciam não ser suficientes pela dimensão do que acontecia. Os próprios manifestantes demonstravam seu descontentamento por dividirem seu espaço com jornalistas da grande mídia, e foi então que movimentos independentes e coletivos ganharam credibilidade na cobertura e transmissão dos acontecimentos.

Para além da imediatez da informação e do ineditismo daquela cobertura, o que esses coletivos demonstraram foi o desejo da população – em especial dos mais jovens – de ver uma cobertura menos circunscrita aos informes oficiais, mais interessada a voltar às ruas, ao rés do chão, para ouvir as pessoas. Um jornalismo que descesse do seu pedestal e se identificasse com os manifestantes. Um jornalismo questionador, que denunciasses e perseguisse impiedosamente o aviltante abuso policial, que não apareceu na cobertura da imprensa até um segundo momento (VIANA, 2014, p. 73).

A Pública atentou-se para essa lacuna da falta de um bom jornalismo, desvinculado da homogeneidade dos meios de comunicação tradicionais e comprometido com a investigação e a análise crítica dos fatos.

O projeto foi um sucesso. As doações tinham o valor estipulado a partir de R\$ 20,00 e, ao doar, o colaborador receberia uma recompensa, que variava entre adesivos, o nome divulgado em uma lista de apoiadores no *site* da Pública e livros. Todas as pessoas que colaborassem com o projeto poderiam votar nas reportagens selecionadas para concorrer ao valor de R\$ 6.000,00 para a realização do trabalho. O valor inicial como meta foi extrapolado em mais de R\$ 10.000,00 e a agência decidiu ofertar 12 bolsas ao invés das 10 previstas de início. Foram 808 doadores, que contribuíram com quase R\$ 60.000,00, uma média de, aproximadamente, R\$ 74 por pessoa.

Ao todo, foram enviadas 120 propostas de reportagens por jornalistas de todo o país e, dessas, 48 foram pré-selecionadas. Os colaboradores votaram e as 12 melhores colocadas foram desenvolvidas. A primeira reportagem foi divulgada no *site* no dia 6 de fevereiro de 2014, e a última em 8 de agosto de 2014.

Quase tão importante quanto a participação durante a elaboração das reportagens foi o apoio dessa comunidade à sua disseminação, uma vez publicadas. Os participantes foram avisados na véspera e se engajaram bastante no processo, enviando *links* por e-mail aos seus conhecidos, compartilhando textos via redes sociais, recomendando a leitura e sugerindo veículos que poderiam republicar as reportagens. [...] Graças a esse esforço coletivo, as reportagens foram compartilhadas nas redes sociais em média duas vezes mais do que as outras matérias da Pública (VIANA, 2014, p. 74).

O segredo dessa nova forma de pensar o jornalismo é compreender que o processo deve ser aberto ao público, desde o momento de captar fundos, até as etapas para se pensar a pauta e distribuir a reportagem.

A Pública representa um caminho independente, não homogêneo e capaz de fornecer narrativas que a mídia comprometida com o capital, com posições políticas e econômicas, se vê impedida de oferecer.

No início do ano de 2015, a Agência Pública lançou seu segundo *crowdfunding* junto ao site Catarse. Mais uma vez a meta de doações foi superada e 958 pessoas contribuíram para o projeto que desenvolverá 14 grandes reportagens investigativas e independentes.

5. ANÁLISE DE REPORTAGENS

Para o propósito desse trabalho foram escolhidas três reportagens da Agência Pública. As reportagens são denominadas “reportagem pública” e foram financiadas com o primeiro *crowdfunding* promovido pela agência. Foram arrecadados quase R\$ 60 mil, por meio de 808 doadores, que possibilitam a distribuição de 12 bolsas de reportagem para investigações jornalísticas independentes. Todas as reportagens têm esse indicativo ao final, conforme ilustra a Figura 8, e as 12 reportagens estão reunidas em um *e-book* disponível para compra.

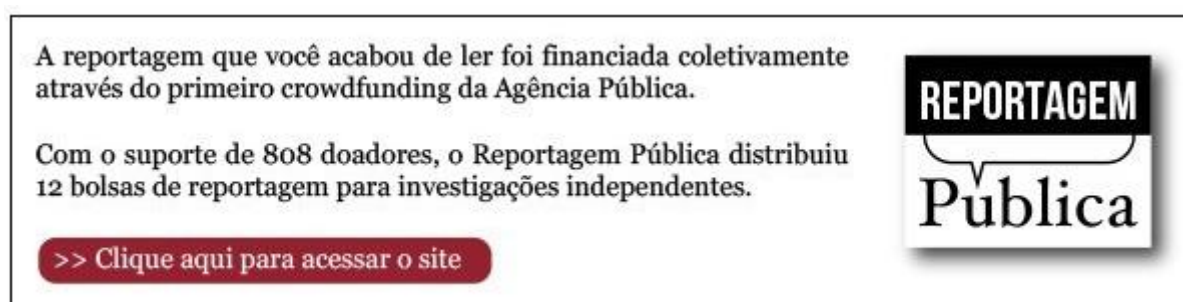


Figura 8 – Quadro indicativo ao final da reportagem
Fonte: Site da Agência Pública (2015)

Duas das reportagens escolhidas, “As quatro irmãs” e “Quanto mais presos, maior o lucro”, foram, respectivamente, as mais acessadas no site da agência no ano de 2014.

Ao final do texto de cada reportagem é possível ler o *making of* da produção, ou seja, o relato do repórter sobre suas impressões e dificuldades no desenvolvimento da matéria.

5.1 “QUANTO MAIS PRESOS, MAIOR O LUCRO”

A reportagem intitulada “Quanto mais presos, maior o lucro”, de Paula Saccheta, foi publicada em 27 de maio de 2014. Ganhadora do 3º lugar na categoria Online do 31º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (OAB/RS), a reportagem discute a questão da primeira penitenciária privada do Brasil, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A reportagem é considerada extensa em comparação com o que é comumente veiculado tanto na mídia impressa, quanto na mídia televisiva. As fontes

utilizadas são muitas, o que implica um período de tempo maior para a coleta de material, apuração, checagem e redação. O caráter de denúncia é presente em todo o texto.

Estão presentes os seguintes elementos não textuais: um pequeno documentário produzido pela própria agência, duas fotos, um *link* para o *site* do Governo de Minas Gerais e um documento não oficial (uma carta dos detentos de Ribeirão das Neves entregue para a equipe de reportagem da agência).

A estrutura do texto não emprega o *lead* ou a pirâmide invertida do jornalismo tradicional. Inicia-se o texto retomando um fato do passado: “Em janeiro do ano passado (2013), assistimos ao anúncio da inauguração da “primeira penitenciária privada do país”, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais”.

A técnica da pirâmide invertida pode resumir-se em poucas palavras: a redação de uma notícia começa pelos dados mais importantes – a resposta às perguntas O quê, quem, onde, como, quando e por quê – seguido de informações complementares organizadas em blocos decrescentes de interesse (CANAVILHAS, 2006, p. 5).

“A técnica da pirâmide invertida, preciosa na curta informação de última hora, perde a sua eficácia em webnotícias mais desenvolvidas, por condicionar o leitor a rotinas de leitura semelhantes às da imprensa escrita” (CANAVILHAS, 2006, p. 12).

Explica-se a diferença do presídio de Ribeirão das Neves com relação a outros presídios do país cuja administração se dá pela iniciativa privada e, logo após, contextualiza-se a situação no Brasil por meio da comparação com o que ocorre em outros países que também implantaram presídios privados, como os casos dos Estados Unidos e da Inglaterra. Por se tratar de uma grande reportagem na *web*, investigativa e analítica, esses padrões (*lead* e pirâmide invertida) são rompidos, dando lugar a outra sequência que, aos poucos, contextualiza o leitor.

“Usar a técnica da pirâmide invertida na web é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação” (CANAVILHAS, 2006, p. 7).

Também não se observa o recurso da pirâmide deitada, proposta por João Canavilhas, uma vez que não há muitos *links* no texto e os argumentos são apresentados e encerrados logo em seguida.

Propõe-se uma pirâmide deitada com quatro níveis de leitura:
A Unidade Base – o *lead* – responderá ao essencial: O quê, Quando, Quem e Onde. Este texto inicial pode ser uma notícia de última hora que,

dependendo dos desenvolvimentos, pode evoluir ou não para um formato mais elaborado.

O Nível de Explicação responde ao Por Quê e ao Como, completando a informação essencial sobre o acontecimento.

No Nível de Contextualização é oferecida mais informação – em formato textual, vídeo, som ou infografia animada – sobre cada um dos W's.

O Nível de Exploração, o último, liga a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos (CANAVILHAS, 2006, p. 15).

O pequeno documentário (minidoc) de abertura tem a duração de 15 minutos e 50 segundos e apresenta elementos e informações encontrados ao longo da reportagem. O diferencial fica por conta da imagem e do som, recursos com a função de transportar quem está assistindo o vídeo para dentro do presídio em questão. As imagens propositalmente escuras e várias tomadas de vídeo tendo como primeiro plano as grades da prisão passam a frieza do tema. Grande parte do minidoc é composto pelas imagens e falas das fontes consultadas para a reportagem, alternadas entre si. A única fonte presente no minidoc e que não consta na reportagem é o detento Mauro Costa, preso em Ribeirão das Neves desde novembro de 2013. O detento Fábio Alves não figura como fonte, mas é citado como fugitivo do presídio em 27 de novembro de 2013.

A reportagem, em algumas passagens, não utiliza de uma das principais normas do jornalismo tradicional: a imparcialidade. O texto conta com 8 intertítulos e, em um deles, intitulado “O cúmulo da privatização”, fica nítida a parcialidade do jornalista.

Fontes pessoais presentes na reportagem e no minidoc:

A.: mulher de um detento que preferiu não se identificar;

Antônio Anastasia: governador de Minas Gerais;

Bruno Shimizu: coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo;

Hamilton Mitre: diretor de operações do Gestores Prisionais Associados (GPA);

Helbert Pitorra: coordenador de atendimento do Gestores Prisionais Associados (GPA);

José de Jesus Filho: assessor jurídico da Pastoral Carcerária;

Laurindo Minhoto: professor de sociologia da USP e autor do livro “Privatização de presídios e criminalidade”;

Mauro Costa: detento (presente apenas no minidoc);

Murilo Andrade de Oliveira: subsecretário de Administração Penitenciária do Estado de Minas;

Patrick Cacicedo: coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo;

Presos: apenas os previamente indicados pelo presídio;

Robson Sávio: coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC – Minas.

É interessante observar a escolha de fontes oficiais e não oficiais. O jornalismo tem se baseado, nos últimos tempos, somente em fontes oficiais para dar mais legitimidade e credibilidade aos assuntos, na maior parte dos veículos tradicionais. Porém, há a ausência de relatos ou declarações de detentos, mesmo com restrições quando a isso: “A reportagem só pôde entrevistar presos no trabalho ou durante as aulas, não foi permitido falar com outros presos, escolhidos aleatoriamente. Foram mostradas todas as instalações da unidade 2 do complexo, tais como enfermaria, oficinas de trabalho, biblioteca e salas de aula, mas não pudemos conversar com presos que não trabalham nem estudam e muito menos andar pelos pavilhões, chamados, no eufemismo do luxo de Neves, de ‘vivências’”.

A integração com as mídias sociais é intensa. Existe a possibilidade de interação com redes sociais como o Facebook, o Twitter e o Google Plus. O sistema de comentários, ao final da reportagem, é amplamente movimentado, com discussões sobre a matéria e discussões de comentaristas entre si e com a própria repórter.

Ao final da reportagem, há um compilado organizado dos dados que foram apresentados ao longo do texto. É nítida a preocupação com o entendimento do leitor. Em um veículo jornalístico fora do ambiente da Internet, isso não seria possível pelo espaço restrito.

5.2 “AS QUATRO IRMÃS”

A reportagem “As quatro irmãs” foi publicada em 30 de junho de 2014, por Adriano Belisário. A matéria mostra como quatro grandes empresas, Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, estão envolvidas com governos brasileiros, tanto em financiamentos de campanhas, quanto em participações em obras públicas.

Mais uma vez, a quantidade de caracteres da reportagem chama a atenção e o caráter de denúncia é nítido, o que é esperado por se tratar de uma

agência comprometida com o jornalismo investigativo. Parte da mídia tradicional, com seus interesses tantas vezes envolvidos com grandes poderosos, dificilmente realizaria uma cobertura desse tipo.

Apresentam-se elementos não textuais, dentre eles, 7 gráficos e 6 fotos. O conceito de webjornalismo é bem empregado, visto a utilização de 16 *hiperlinks*. Alguns deles levam o leitor a reportagens realizadas por outros veículos de comunicação, como Folha de S. Paulo, Revista Exame e Revista Época. Isso atribui credibilidade à reportagem da Agência Pública por se tratarem de dados já investigados e analisados por meios de comunicação consolidados, embora também legitime e favoreça esses mesmos veículos, afinal, estão sendo usados como fontes.

Quanto às fontes pessoais consultadas: Bernardo Galheiro (historiador), João Roberto (cientista político da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO) e Pedro Campos (historiador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ).

Nota-se que não se recorreu a muitas fontes para declarações. Inclusive, não há declarações de pessoas envolvidas nas quatro empresas citadas e nenhuma fonte oficial. Muito da reportagem se deve a compilação de dados obtidos e pesquisados. Questiona-se a parcialidade do jornalismo de grandes empresas que só buscam fontes oficiais para embasar suas matérias, mas, nesse caso, não consultar a versão de pessoas ligadas diretamente às empresas torna a reportagem menos rica em detalhes.

Não há demérito em se apresentar uma reportagem baseada em dados, pois o jornalismo diário, focado na dinâmica dos acontecimentos recentes, faz com que, muitas vezes, o leitor perca-se em meio a tantas informações. Recapitular fatos e expor as ligações entre os acontecimentos permite que o leitor forme uma opinião crítica e embasada.

Mais uma vez, há a possibilidade de interação com as redes sociais Facebook, Twitter e Google Plus e é possível fazer o *download* da reportagem e visualiza-la por meio do *software* Adobe Acrobat Reader. A presença de comentários é importante e provoca o debate.

Quanto à estrutura da reportagem, nota-se a ausência de *lead*. Porém, o recurso da pirâmide deitada é claramente utilizado, pois, por meio dos *links*, a informação vai se contextualizando, ganhando novos elementos e os níveis de aprofundamento do assunto vão sendo ampliados.

Em suma, a pirâmide deitada é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para os jornalistas. Se o utilizador tem a possibilidade de navegar dentro da notícia, fazendo uma leitura pessoal, o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimédia, permitem reinventar o webjornalismo em cada nova notícia (CANAVILHAS, 2006, p. 16).

5.3 “DESAPARECIDOS E ESQUECIDOS”

A reportagem foi publicada em 26 de fevereiro de 2014, pelo repórter Giuliander Carpes. Trata de pessoas desaparecidas no estado do Rio de Janeiro e aborda, inclusive, o caso Amarildo, que causou grande repercussão no país.

Ao longo do texto são apresentados 12 *links*, 7 fotos e 7 intertítulos. Há outros dois *links* que aparecem por três vezes na reportagem e que convidam o leitor: “Leia também: O repórter Giuliander Carpes relata os bastidores da reportagem” e “Veja também: O mapa dos desaparecimentos”.

Entre os *links* há o direcionamento para alguns documentos policiais, como registros de ocorrência e termos de declaração. Não necessariamente o leitor acessará todos os *links* da reportagem e fará a leitura dos documentos, mas isso mostra como o jornalismo na Internet oferece amplas oportunidades de contato com a informação. É possível que cada um que lê a reportagem tenha seu próprio entendimento, baseado no acesso a esses documentos anexos ao texto. Os *hiperlinks* constituem recursos muito ricos em possibilidades, pois todo e qualquer dado tem a opção de ser comprovado por meio de direcionamentos específicos.

Logo no início da reportagem é apresentado um vídeo de autoria desconhecida de 2 minutos e 19 segundos, que encabeça a lista dos vídeos mais assistidos no ano de 2014 no canal da Pública, no YouTube.

Uma marca dos textos da Pública é a quantidade de caracteres. São grandes reportagens e, nesse caso, não foi diferente.

Diferentemente da reportagem anterior, “As quatro irmãs”, que consiste mais em um agrupamento de informações com análise dos dados, o jornalismo da Pública foi a campo dessa vez, entrevistando parentes, entrando em contato com o ambiente e com a realidade dos desaparecidos.

As fontes pessoais são as seguintes:

Daniel Cerqueira: economista;

Elisabete Gomes: esposa de Amarildo (desaparecido);

Fábio Araújo: sociólogo;

Ignacio Cano: sociólogo coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e autor do livro “No sapatinho”;

Irmã de Felipe Rodrigo Pinheiro Venâncio (desaparecido);

João Tancredo: advogado que representa a família de Amarildo;

Mãe de Felipe Rodrigo Pinheiro Venâncio (desaparecido);

Marcus Drucker Brandão: delegado da 35ª DP (Campo Grande);

Michel Misse: sociólogo, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro “Quando a polícia mata”;

Morador de Campo Grande: ex-colega de escola de alguns milicianos;

Pai de Dony (desaparecido);

Robson da Silva Heringer: primo e melhor amigo de Dony (desaparecido);

Vera Lúcia Vianna: mãe de Dony (desaparecido).

Um aspecto importante do texto é o não comprometimento com a impessoalidade do jornalismo tradicional: “Encontrei a casa que Juliana e sua família moram em Nova Campina [...]”. A linguagem tem traços de jornalismo literário em algumas passagens, como nesses trechos: “No meio da tarde quente de janeiro, a praça estava iluminada pelo sol incandescente do verão e crianças brincavam despreocupadas nos brinquedos do play”, “Dony conheceu a Eva de seu Paraíso semanas antes de desaparecer, no salão onde cortava o cabelo, ali perto”, “O líquido pinga das torneiras insípido, incolor, com cheiro de morte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo praticado nos meios de comunicação tradicionais do país muitas vezes não é o suficiente para cobrir assuntos de grande interesse social. As políticas dessas empresas, frequentemente, se confundem com interesses políticos e econômicos de pequenos grupos, e não da sociedade.

As manifestações de junho de 2013 ocorridas no Brasil mostraram claramente o descontentamento de parte da população com os veículos de mídia que cobriam os protestos. Carros de equipes de jornalismo foram depredados e, até mesmo, repórteres foram agredidos e insultados perante a alegação de que representavam uma mídia que agia de acordo com seus próprios interesses.

Esses fatos, dentre outros, levantam um questionamento sobre a prática do jornalismo e suas implicações. O país carece de meios que noticiem assuntos de interesse coletivo de forma livre e independente, sem medo de implicações por se tocar em assuntos “proibidos” por imposição de anunciantes ou de empreiteiras patrocinadoras de campanhas de candidatos ou cargos políticos.

O bom jornalismo, com uma apuração rigorosa, que considere os pontos de vista de todas as instâncias envolvidas no assunto em pauta, com o jornalista indo a campo e investigando de forma analítica os possíveis desdobramentos, é uma prática que requer investimentos financeiros, cujos retornos se darão de forma mais branda. Quando o enfoque de uma publicação é a reportagem, o jornalismo propriamente dito e não a publicidade e o número de acessos e cliques, são poucos os que se aventuram a correr esse risco.

O financiamento coletivo ou *crowdfunding* é um importante recurso que pode oferecer uma alternativa para um jornalismo diferenciado por priorizar o interesse público. O leitor, que antes representava o receptor passivo de todo um processo de produção, passa a ser fonte inicial de um processo de desenvolvimento.

A Internet oferece um amplo espaço tanto para a mídia tradicional, quanto para as novas alternativas em relação à disseminação de informações. A Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo segue o caminho da independência, pois acredita em uma forma não hegemônica de se fazer jornalismo. Por meio de reportagens com forte caráter de denúncia e visando o respeito aos direitos humanos, a agência vem se consolidando como importante meio alternativo de disseminação de informações.

É interessante observar que, em meio à dominação dos veículos de comunicação mais antigos e tradicionais do Brasil, os meios alternativos, como a Pública e tantos outros, tem como aliados as redes sociais. Com suas importantes funções no cenário jornalístico, inclusive como geradora de pautas e apresentadora de fontes de informação, as redes sociais funcionam como “bancas de jornais”. Os compartilhamentos e comentários dão relevância, visibilidade e força a esses meios de comunicação ainda pouco conhecidos, talvez, pelo grande público.

O papel do leitor nunca foi tão importante em todo o processo jornalístico. No caso do jornalismo com a função social que lhe cabe, o leitor, aliás, exerce vários papéis. Ele pode ajudar a financiar o trabalho de reportagem, pode sugerir pautas de interesse público, pode participar do processo de escolha de pautas a serem investigadas, é o consumidor das informações reportadas, o comentarista, o crítico e o distribuidor das notícias com potencial para valorizar as conquistas sociais e a prática da cidadania.

REFERÊNCIAS

A PUBLICA. **Quem somos**. Disponível em: <http://apublica.org/quem-somos>. Acesso em: 01 fev. 2015.

A PUBLICA. **Quanto mais presos, maior o lucro**. Disponível em: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro>. Acesso em: 01 mar. 2015.

A PUBLICA. **As quatro irmãs**. Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>. Acesso em: 01 mar. 2015.

A PUBLICA. **Desaparecidos e esquecidos**. Disponível em: <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BASTOS, Helder. **Jornalismo electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções**. Coimbra: Minerva, 2000.

BRAGANÇA, Pedro Loureiro de. **Uma proposta de estudo sobre a Amazônia a partir das narrativas produzidas no site da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Belém, PA – 1 a 3 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0346-1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015

CARVALHO, Guilherme. **Jornalismo alternativo na era digital: Análise de reportagens da Agência Pública**. Revista ALTERJOR - Ano 05, Volume 02, Número 10 - Julho/Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj10-a7>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CATARSE. **O que é e como funciona o Catarse?** Disponível em: <http://suporte.catarse.me/hc/pt-br/articles/201982466-O-que-%C3%A9-e-como-funciona-o-Catarse>. Acesso em: 01 fev. 2015.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as licenças**. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR. Acesso em: 30 mar. 2015.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FONTOURA, Marcelo Crispim da. **O financiamento coletivo de projetos noticiosos no Brasil: Uma análise do catarse**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/111709838/O-financiamento-coletivo-de-projetos-noticiosos-no-Brasil-uma-analise-do-Catarse>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FONTOURA, Marcelo Crispim da; TRÄSEL, Marcelo. **Microfinanciamento de Notícias: Uma análise do site Spot.U**s. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Londrina, PR – 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0726-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução de Susana Alexandrina. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**: Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SCHWAAB, Reges; BARRETOS, Dayane do Carmo; DIAB, César Raydan; LAGO, Filipe Monteiro da Costa. **Agência Pública e Repórter Brasil: narrativas não-hegemônicas sobre o contemporâneo**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP – Ouro Preto, MG. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/agencia-publica-e-reporter-brasil-narrativas-nao-hegemonicas-sobre-o-contemporaneo>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo. Paulinas, 2012.

VIANA, Natalia. **O povo paga**. Revista de Jornalismo ESPM – 4ª edição 2014 – Outubro/Novembro/Dezembro de 2014, p. 72-75.

ANEXOS

Quanto mais presos, maior o lucro

Categoria : [Reportagens](#)

Data : 27 maio, 2014



[Quanto mais presos, maior o lucro](#) from [Agência Pública](#) on [Vimeo](#).

Em janeiro do ano passado (2013), assistimos ao anúncio da inauguração da “primeira penitenciária privada do país”, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Porém, prisões “terceirizadas” já existem em pelo menos outras 22 localidades, a diferença é que esta de Ribeirão das Neves é uma PPP (parceria público-privada) desde sua licitação e projeto, e as outras eram unidades públicas que em algum momento passaram para as mãos de uma administração privada. Na prática, o modelo de Ribeirão das Neves cria penitenciárias privadas de fato, nos outros casos, a gestão ou determinados serviços são terceirizados, como a saúde dos presos e a alimentação.

Hoje existem no mundo aproximadamente 200 presídios privados, sendo metade deles nos Estados Unidos. O modelo começou a ser implantado naquele país ainda nos anos 1980, no governo Ronald Reagan, seguindo a lógica de aumentar o encarceramento e reduzir os custos, e hoje atende a 7% da população carcerária. O modelo também é bastante difundido na Inglaterra – lá implantado por Margaret Thatcher – e foi fonte de inspiração da PPP de Minas, segundo o governador do estado Antônio

Anastasia. Em Ribeirão das Neves o contrato da PPP foi assinado em 2009, na gestão do então governador Aécio Neves.

O slogan do complexo penitenciário de Ribeirão das Neves é “menor custo e maior eficiência”, mas especialistas questionam sobretudo o que é tido como “eficiência”. Para Robson Sávio, coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC-Minas e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, essa eficiência pode caracterizar um aumento das prisões ou uma ressocialização de fato do preso. E ele acredita que a privatização tende para o primeiro caso. Entre as vantagens anunciadas está, também, a melhoria na qualidade de atendimento ao preso e na infra-estrutura dos presídios.

Bruno Shimizu e Patrick Lemos Cacicedo, coordenadores do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo questionam a legalidade do modelo. Para Bruno “do ponto de vista da Constituição Federal, a privatização das penitenciárias é um excrescimento”, totalmente inconstitucional, afirma, já que o poder punitivo do Estado não é delegável. “Acontece que o que tem impulsionado isso é um argumento político e muito bem construído. Primeiro se sucateou o sistema penitenciário durante muito tempo, como foi feito durante todo um período de privatizações, (...) para que então se atingisse uma argumentação que justificasse que esses serviços fossem entregues à iniciativa privada”, completa.

Laurindo Minhoto, professor de sociologia na USP e autor de *Privatização de presídios e criminalidade*, afirma que o Estado está delegando sua função mais primitiva, seu poder punitivo e o monopólio da violência. O Estado, sucateado e sobretudo saturado, assume sua ineficiência e transfere sua função mais básica para empresas que podem realizar o serviço de forma mais “prática”. E essa forma se dá através da obtenção de lucro.

Patrick afirma que o maior perigo desse modelo é o encarceramento em massa. Em um país como o Brasil, com mais de 550 mil presos, quarto lugar no ranking dos países com maior população carcerária do mundo e que em 20 anos (1992-2012) aumentou essa população em 380%, segundo dados do DEPEN, só tende a encarcerar mais e mais. Nos Estados Unidos, explica, o que ocorreu com a privatização desse setor foi um lobby fortíssimo pelo endurecimento das penas e uma repressão policial ainda mais ostensiva. Ou seja, começou a se prender mais e o tempo de permanência na prisão só aumentou. Hoje, as penitenciárias privadas nos EUA são um negócio bilionário que apenas no ano de 2005 movimentou quase 37 bilhões de dólares.

Como os presídios privados lucram

Nos documentos da PPP de Neves disponíveis [no site do governo de Minas Gerais](#), fala-se inclusive no “retorno ao investidor”, afinal, são empresas que passaram a cuidar do preso e empresas buscam o lucro. Mas como se dá esse retorno? Como se dá esse lucro?

Um preso “custa” aproximadamente R\$ 1.300,00 por mês, podendo variar até R\$ 1.700,00, conforme o estado, numa penitenciária pública. Na PPP de Neves, o consórcio de empresas recebe do governo estadual R\$ 2.700,00 reais por preso por mês e tem a concessão do presídio por 27 anos, prorrogáveis por 35. Hamilton Mitre, diretor de operações do Gestores Prisionais Associados (GPA), o consórcio de empresas que ganhou a licitação, explica que o pagamento do investimento inicial na construção do presídio se dá gradualmente, dissolvido ao longo dos anos no repasse do estado. E o lucro também. Mitre

insiste que com o investimento de R\$ 280 milhões – total gasto até agora – na construção do complexo esse “payback”, ou retorno financeiro, só vem depois de alguns anos de funcionamento ou “pleno vôo”, como gosta de dizer.

Especialistas, porém, afirmam que o lucro se dá sobretudo no corte de gastos nas unidades. José de Jesus Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária, explica: “entraram as empresas ligadas às privatizações das estradas, porque elas são capazes de reduzir custos onde o Estado não reduzia. Então ela [a empresa] ganha por aí e ganha muito mais, pois além de reduzir custos, percebeu, no sistema prisional, uma possibilidade de transformar o preso em fonte de lucro”.

Para Shimizu, em um país como o Brasil, “que tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo”, não faz sentido cortar os gastos da população que é “justamente a mais vulnerável e a que menos goza de serviços públicos”. No complexo de Neves, os presos têm 3 minutos para tomar banho e os que trabalham, 3 minutos e meio. Detentos denunciaram que a água de dentro das celas chega a ser cortada durante algumas horas do dia.

O cúmulo da privatização

Outra crítica comum entre os entrevistados foi o fato de o próprio GPA oferecer assistência jurídica aos detentos. No marketing do complexo, essa é uma das bandeiras: “assistência médica, odontológica e jurídica”. Para Patrick, a função é constitucionalmente reservada à Defensoria, que presta assistência gratuita a pessoas que não podem pagar um advogado de confiança. “Diante de uma situação de tortura ou de violação de direitos, essa pessoa vai buscar um advogado contratado pela empresa A para demandar contra a empresa A. Evidentemente isso tudo está arquitetado de uma forma muito perversa”, alerta.

Segundo ele, interessa ao consórcio que, além de haver cada dia mais presos, os que já estão lá sejam mantidos por mais tempo. Uma das cláusula do contrato da PPP de Neves estabelece como uma das “obrigações do poder público” a garantia “de demanda mínima de 90% da capacidade do complexo penal, durante o contrato”. Ou seja, durante os 27 anos do contrato pelo menos 90% das 3336 vagas devem estar sempre ocupadas. A lógica é a seguinte: se o país mudar muito em três décadas, parar de encarcerar e tiver cada dia menos presos, pessoas terão de ser presas para cumprir a cota estabelecida entre o Estado e seu parceiro privado. “Dentro de uma lógica da cidadania, você devia pensar sempre na possibilidade de se ter menos presos e o que acontece ali é exatamente o contrário”, afirma Robson Sávio.

Para ele, “na verdade não se está preocupado com o que vai acontecer depois, se está preocupado com a manutenção do sistema funcionando, e para ele funcionar tem que ter 90% de lotação, porque se não ele não dá lucro”.

Para garantir a lei, a ordem e a imagem

Na foto, o complexo de Neves é realmente diferente das penitenciárias públicas. É limpo, organizado e altamente automatizado, repleto de câmeras, portões que são abertos por torres de controle, etc, etc, etc. Mas que tipo de preso vai pra lá? Hamilton Mitre, diretor do GPA afirma que “não dá pra falar que o Estado coloca os presos ali de forma a privilegiar o projeto”.

No entanto, Murilo Andrade de Oliveira, subsecretário de Administração Penitenciária do Estado de Minas, diz exatamente o contrário: “nós estabelecemos inicialmente o critério de que [pode ir para a PPP] qualquer preso, podemos dizer assim, do regime fechado, salvo preso de facção criminosa – que a gente não encaminha pra cá – e preso que tem crimes contra os costumes, estupradores. No nosso entendimento esse preso iria atrapalhar o projeto”.

Na visão dos outros entrevistados, a manipulação do perfil do preso pode ser uma maneira de camuflar os resultados da privatização dos presídios. “É muito fácil fazer desses presídios uma janela de visibilidade: ‘olha só como o presídio privado funciona’, claro que funciona, há todo um corte e uma seleção anterior”, diz Bruno Shimizu.

Robson Sávio explica que presos considerados de “maior periculosidade”, “pior comportamento” ou que não querem trabalhar ou estudar são mais difíceis de ressocializar, ou seja, exigiriam investimentos maiores nesse sentido. Na lógica do lucro, portanto, eles iriam mesmo atrapalhar o projeto.

Se há rebeliões, fugas ou qualquer manifestação do tipo, o consórcio é multado e perde parte do repassa de verba. Por isso principalmente o interesse em presos de “bom comportamento”. O subsecretário Murilo afirma ainda que os que não quiserem trabalhar nem estudar podem ser “devolvidos” às penitenciárias públicas: “o ideal seria ter 100% de presos trabalhando, esse é nosso entendimento. Agora, tem presos que realmente não querem estudar, não querem trabalhar, e se for o caso, posteriormente, a gente possa tirá-los (sic), colocar outros que queiram trabalhar e estudar porque a intenção nossa é ter essas 3336 vagas aqui preenchidas com pessoas que trabalhem e estudem”.

Hoje, na PPP de Ribeirão das Neves ainda não são todos os presos que trabalham e estudam e os que têm essa condição se sentem privilegiados em relação aos outros. A reportagem só pôde entrevistar presos no trabalho ou durante as aulas, não foi permitido falar com outros presos, escolhidos aleatoriamente. Foram mostradas todas as instalações da unidade 2 do complexo, tais como enfermaria, oficinas de trabalho, biblioteca e salas de aula, mas não pudemos conversar com presos que não trabalham nem estudam e muito menos andar pelos pavilhões, chamados, no eufemismo do luxo de Neves, de “vivências”.

O trabalho do preso: 54% mais barato

O Estado e o consórcio buscam empresas que se interessem com o trabalho do preso. As empresas do próprio consórcio não podem contratar o trabalho deles a não ser para cuidar das próprias instalações da unidade, como elétrica e limpeza. Então o lucro do consórcio não vem diretamente do trabalho dos presos, mas sim do repasse mensal do estado.

Mas a que empresa não interessaria o trabalho de um preso? As condições de trabalho não são regidas pela CLT, mas sim pela Lei de Execução Penal (LEP), de 1984. Se a Constituição Federal de 1988 diz que nenhum trabalhador pode ganhar menos de um salário mínimo, a LEP afirma que os presos podem ganhar $\frac{3}{4}$ de um salário mínimo, sem benefícios. Um preso sai até 54% mais barato do que um trabalhador não preso assalariado e com registro em carteira.

O professor Laurindo Minhoto explica: “o lucro que as empresas auferem com esta onda de privatização não vem tanto do trabalho prisional, ou seja, da exploração da mão de obra cativa, mas vem do fato de que os presos se tornaram uma espécie de consumidores cativos dos produtos vendidos pela indústria da

segurança e da infra-estrutura necessária à construção de complexos penitenciários”.

Helbert Pitorra, coordenador de atendimento do GPA, na prática, quem coordena o trabalho dos presos, orgulha-se que o complexo está virando um “pólo de EPIs” (equipamentos de proteção individual), ou seja, um pólo na fabricação de equipamentos de segurança. “Eles fabricam dentro da unidade prisional sirenes, alarmes, vários circuitos de segurança, (...) calçados de segurança como coturnos e botas de proteção (...), além de uniformes e artigos militares”.

O que é produzido ali dentro, em preços certamente mais competitivos no mercado alimenta a própria infra-estrutura da unidade. A capa dos coletes à prova de balas que os funcionários do GPA usam é fabricada ali dentro mesmo, a módicos preços, realizados por um preso que custa menos da metade de um trabalhador comum a seu empregador.

Em abril deste ano, o Governo de Minas Gerais foi condenado por terceirização ilícita no presídio de Neves. A Justiça do Trabalho confirmou a ação civil pública do Ministério Público do Trabalho e anulou várias das contratações feitas pelo GPA.

“Entre os postos de trabalho terceirizados estão atividades relacionadas com custódia, guarda, assistência material, jurídica e à saúde, uma afronta à Lei 11.078/04 que classifica como indelegável o poder de polícia e também a outros dispositivos legais. Além de ser uma medida extremamente onerosa para os cofres públicos, poderá dar azo a abusos sem precedentes”, disse o procurador que atuou no caso, Geraldo Emediato de Souza, ao portal mineiro *Hoje em dia*.

Panorama final

Como na maioria das penitenciárias, as visitas do Complexo passam por revista vexatória. A., mulher de um detento que preferiu não se identificar, entregou à reportagem uma carta dos presos e explicou como é feita a revista: “temos que tirar a roupa toda e fazer posição ginecológica, agachamos três vezes ou mais, de frente e de costas, temos que tapar a respiração e fazer força. Depois ainda sentamos num banco que detecta metais”. Na mesma carta entregue por A., os presos afirmam que os diretores do presídio já têm seus “beneficiados”, que sempre falam “bem da unidade” à imprensa, e são, invariavelmente, os que trabalham ou estudam.

Na carta, eles ainda afirmam que na unidade já há presos com penas vencidas que não foram soltos ainda. Fontes que também não quiseram se identificar insistem que o consórcio da PPP já “manda” na vara de execuções penais de Ribeirão das Neves.

José de Jesus filho, da Pastoral Carcerária, não vê explicação para a privatização de presídios que não a “corrupção”. Tem seus motivos. Em maio de 2013, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) foram alvo de ações por corrupção e má utilização de recursos públicos. Na ação da CPTM foi citado o ex-diretor, Telmo Giolito Porto, hoje à frente do consórcio da PPP de Ribeirão das Neves, assim como a empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Gerais LTDA., que faz parte do mesmo consórcio.

Nesse sentido, Robson Sávio alerta: “será que o estado quando usa de tanta propaganda para falar de um

modelo privado ele não se coloca na condição de sócio-interesseiro nos resultados e, portanto, se ele é sócio-interesseiro ele também pode maquiar dados e esconder resultados, já que tudo é dado e planilha? Esse sistema ainda tem muita coisa que precisa ser mais transparente e melhor explicada”.

Pelo Brasil

O modelo mineiro de PPP já inspirou projetos semelhantes no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e no Distrito Federal. As licitações já aconteceram ou estão abertas e, em breve, as penitenciárias começarão a ser construídas. O governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Administração Penitenciária também pretendem lançar em breve um edital para a construção de um grande complexo no Estado, com capacidade para 10.500 presos. O governador Geraldo Alckmin já fez consultas públicas e empresas já se mostraram interessadas no projeto.

No Ceará, uma decisão judicial obrigou à iniciativa privada devolver a gestão de penitenciárias para o Governo do estado. No Paraná, o próprio Governo decidiu retomar a administração de uma série de penitenciárias, após avaliar duas questões: a jurídica e a financeira.

[relacionados]

No Brasil, país do “bandido bom é bandido morto”, da “bancada da bala” e onde presos não têm direitos simplesmente por estarem presos, a privatização também assusta do ponto de vista da garantia dos direitos humanos dos presos. “Será que num sistema que a sociedade nem quer saber e não está preocupada, como é o prisional, haverá fiscalização e transparência suficiente? Ou será que agora estamos criando a indústria do preso brasileiro?”, pergunta Sávio.

Os entrevistados dão um outro alerta: nesse primeiro momento, vai se investir muito em marketing para que modelos como o de Neves sejam replicados Brasil afora. Hamilton Mitre diz que a unidade será usada como um “cartão de visitas” e fontes afirmam que o modelo de privatização de presídios será plataforma de campanha de Aécio Neves, candidato à presidência nas eleições do fim deste ano.

Para Minhoto, a partir do momento em que você enraíza um interesse econômico e lucrativo na gestão do sistema penitenciário, “o estado cai numa armadilha de muitas vezes ter que abrir mão da melhor opção de política em troca da necessidade de garantir um retorno ao investimento que a iniciativa privada fez na área”, diz. E Bruno Shimizu completa “e isso pode fazer com que a gente crie um monstro do qual a gente talvez não vá mais conseguir se livrar”.

“Para quem investe em determinado produto, no caso o produto humano, o preso, será interessante ter cada vez mais presos. Ou seja, segue-se a mesma lógica do encarceramento em massa. A mesma lógica que gerou o caos, que justificou a privatização dos presídios”, arremata Patrick.

Para entender: dados e números

Brasil

- Existem no Brasil aproximadamente 550 mil presos.

- São aproximadamente 340 mil vagas no sistema prisional.
- O Brasil está em 4º lugar no ranking dos países com maior população carcerária no mundo, atrás de EUA, China e Rússia.
- Entre 1992 e 2012 o Brasil aumentou sua população carcerária 380%.
- Empresas dividem a gestão de penitenciárias com o poder público em pelo menos 22 presídios de sete estados: Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Bahia, Alagoas e Amazonas.

Minas Gerais

- Em 2003 o Estado de Minas tinha aproximadamente 23 mil presos.
- Em 10 anos essa população mais do que duplicou: hoje são 50 mil presos.
- Em 2003 eram 30 unidades prisionais no Estado, hoje são mais de 100.
- Em 2011 o Estado de Minas já gastava aproximadamente um bilhão de reais por ano com o sistema penitenciário.

O complexo de Ribeirão das Neves

- O consórcio Gestores Prisionais Associados (GPA), que ganhou a licitação do complexo penitenciário de Ribeirão das Neves é formado por cinco empresas, são elas:

[CCI Construções S/A](#)

[Construtora Augusto Velloso S/A](#)

[Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços LTDA](#)

[N. F. Motta Construções e Comércio](#)

[Instituto Nacional de Administração Penitenciária \(INAP\)](#)

- Em 18 de janeiro de 2013 começaram a ser transferidos os primeiros presos para o Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves.
- A inauguração aconteceu no dia 28 de janeiro de 2013, com uma ala já ocupada por 75 presos.
- Hoje (maio de 2014) estão funcionando duas das cinco unidades do complexo, cada uma com 672 presos.
- A capacidade do complexo é de 3336 vagas.
- O consórcio de empresas tem 27 anos da concessão do complexo, sendo dois para construção e 25 para operação.

- Já foram gastos 280 milhões de reais na construção do complexo até agora. O GPA estima que no total serão gastos 380 milhões.
- O Estado repassa R\$2.700 por preso mensalmente; nas penitenciárias públicas o custo é de R\$ 1.300,00 a R\$ 1.700,00 por mês
- As celas têm capacidade máxima para quatro presos.
- Detalhes sobre a PPP de Ribeirão das Neves e documentos podem ser acessados [neste site](#).

As quatro irmãs

Categoria : [Reportagens](#)

Data : 30 junho, 2014



Apesar de mais conhecidas no Brasil por sua atuação no setor de construção civil, as chamadas “quatro irmãs” - Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez - hoje atuam em diversas outras atividades. As empreiteiras respondem apenas por parte dos lucros destes grupos econômicos que atuam em todos os continentes, com foco nos mercados da África, América Latina e Ásia. Juntas, possuem empreendimentos que vão do agronegócio à moda, passando pela petroquímica, setor armamentício, telefonia e operação de concessões diversas.

Os controladores, porém, permanecem os mesmos e os maiores ganhos ficam com as famílias que comandam as empresas. “O controle de base familiar é uma característica da formação do capital monopolista dos grupos econômicos constituídos no Brasil. Embora isso não impeça a abertura de capital, esta é feita de modo a preservar sempre o controle acionário dos ativos mais rentáveis pelas famílias controladoras. Isso confere à estrutura societária desses grupos um formato piramidal, em que um controlador último controla toda uma cadeia de empresas”, analisa o cientista político da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) João Roberto, que coordena o Instituto Mais Democracia.

Além do controle familiar, outro traço comum é o fato de serem grandes financiadoras de campanhas. Entre as eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram mais de R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, o PMDB é de longe

o partido mais beneficiado, com R\$ 6,27 milhões, mais que a soma dos quatro seguintes: PT, PSDB, PV e DEM. Porém os repasses podem ser ainda maiores em anos não-eleitorais. Em 2013, por exemplo, somente a Odebrecht repassou R\$ 11 milhões dos R\$ 17 milhões arrecadados pelo PMDB. Veja mais no infográfico:

Infografia: Bruno Fonseca

Além dos contratos para obras públicas, o governo federal também incentiva o negócio dessas empresas através do BNDES. Por meio da Lei de Acesso à Informação a reportagem apurou que, entre 2004 e 2013, o banco realizou 1665 transferências para as construtoras das “quatro irmãs”, totalizando mais de R\$ 1,7 bilhão em empréstimos. Deste total, a Odebrecht e Andrade Gutierrez foram as maiores beneficiadas, levando R\$ 1,1 bilhão. As duas também lideram o ranking de desembolsos para operações de exportação entre 2009 e março de 2014. Juntas, levaram mais de U\$ 5,8 bilhões em empréstimos neste segmento. “É importante chamar a atenção para o fato de que o BNDES também tem participações, através do BNDESPAR no capital de empresas controladas pelas referidas empreiteiras, como a CPFL, controlada pela Camargo Correa; a Braskem, controlada pela Odebrecht; e da Oi/Telemar, controlada pela Andrade Gutierrez”, destaca João Roberto.

Conheça a história dessas quatro gigantes.

OAS

"Obras Arranjadas pelo Sogro", "Obrigado Amigo Sogro", "Organização Apoiada pelo Sogro"... As paródias com a sigla da construtora OAS vão tão longe quanto a imaginação permite. Em comum, a eterna gratidão da empresa ao “sogro”, que pode ser descrito com outras três letras: ACM, ou Antônio Carlos Magalhães, político símbolo do coronelismo na Bahia. Já o referido genro atende pelo nome de Cesar Araújo Mata Pires, dono do grupo empresarial, que debutou na lista de bilionários da Forbes em 2014 com aproximadamente R\$ 3,6 bilhões em patrimônio pessoal.

Criada em 1976, a empresa levou apenas oito anos para ficar entre as dez maiores do Brasil. Além do “A” de Cesar Araújo, a sigla da companhia traz outros dois sobrenomes: “O” de Durval Olivieri e “S” de Carlos Suarez. Em comum, os três tinham ainda experiência de trabalho na construtora Odebrecht.

Assim, a OAS começou a atuar por meio de subcontratos com a Odebrecht. Foi por meio dela também que Cesar Araújo conheceu o então governador Antonio Carlos Magalhães. O futuro encontro dele com a filha de ACM iria aquecer não só seus corações, mas também os negócios da empresa.

[Leia mais: um jogo para poucos](#)

Segundo o historiador Pedro Campos, da Universidade Federal Fluminense, a OAS atuava apenas no nordeste até o final da década de 80, em especial nos estados governados por aliados de ACM. “A ARENA era muito poderosa no norte e nordeste. E Antonio Carlos tinha muitos aliados ali. A OAS chega ao sudeste apenas na década de 90”, diz. Ex-proprietário da TV Bahia, retransmissora da Globo na região,

e filiado ao PSD, Mata Pires de fato deve muito ao sogro pela ascensão da OAS.

Hoje, no Rio de Janeiro, a empresa é responsável pela construção da Transcarioca, parte do consórcio Porto Novo S/A e é uma das controladoras do Metrô Rio, por intermédio da Invepar. Dentre os projetos ligados à Copa e Olimpíadas, a OAS também participa dos consórcios do Porto Maravilha (R\$ 7,7 bilhões), Transolímpica (R\$ 1,6 bilhão), Reabilitação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá (R\$ 673 milhões), do VLT (R\$ 1,2 bilhão), além de ter feito as obras de controle de enchentes na Praça da Bandeira, próximo ao Maracanã (R\$ 292 milhões).

A OAS foi a empresa que mais financiou campanhas de Sergio Cabral para o governo do Estado: foi repassado R\$ 1,8 milhão diretamente para suas duas candidaturas, em 2006 e 2010. Em 2008, a construtora também investiu no principal candidato à prefeitura do Rio: foram R\$ 350 mil diretamente para a campanha de Eduardo Paes. Ainda que se leve em conta os R\$ 850 milhões repassados para o comitê financeiro do PMDB no Rio de Janeiro entre 2006 e 2012, os financiamentos de campanha são uma bagatela perto dos contratos bilionários firmados com a empresa durante a gestão de ambos.

Apesar do êxito da empresa em todo o país, as condições de trabalho para os operários da OAS estão longe de serem as melhores. Após fiscalização em obras do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo no ano passado, o Ministério Público e Ministério do Trabalho encontraram nada menos que 111 operários em condições análogas à escravidão. A OAS foi obrigada a pagar multa de R\$ 15 milhões.

A OAS foi a empreiteira entre as “quatro irmãs” que mais demorou para se internacionalizar, expandindo seus negócios apenas em 2003. Atualmente já realiza diversas operações internacionais, algumas delas por meio da OAS Finance Limited, subsidiária nas Ilhas Virgens Britânicas, e toca projetos em praticamente toda América do Sul e Central, além de Moçambique, Angola, Guiné Equatorial, Gana e Guiné, na África.

No Brasil, a OAS foi uma das investigadas pela Polícia Federal, durante a Operação Caixa Preta, por irregularidades na licitação de obras em 10 aeroportos. A Justiça Federal do Distrito Federal julga os envolvidos por fraude nas licitações e formação de quadrilha. Quatro obras ainda estão em fase de inquérito no Ministério Público: os aeroportos de Uberlândia, Cuiabá, Corumbá e de Brasília.

O Império de Areia

Em 1926, seria difícil imaginar que as carroças de Sebastião Ferraz de Camargo um dia fariam de sua futura viúva a mulher mais rica do Brasil, com um patrimônio de US\$ 13 bilhões. Aos 17 anos o jovem de Jaú (SP) transportava areia para a construção de estradas no interior paulista. Dez anos depois, fundou a Camargo Corrêa & Cia Ltda em parceria com o advogado Sylvio Correa, que deixaria sua marca no nome da empresa mesmo tendo saído dela em 1964. Em 1985, Sebastião Camargo já comandava a maior empreiteira do Brasil e era doutor honoris causa na Escola Superior de Guerra – mesmo tendo o primário inconcluso.

De fato, não foram apenas os cavalos que levaram a carroça de Sebastião ao topo da economia brasileira. Sua decisiva proximidade com a cúpula de Brasília começou com a construção das vias de acesso à

própria capital, no Governo JK, mas foi estreitada com a ditadura militar. “A Camargo Correa é a maior empreiteira do regime militar, a mais vinculada com o projeto da ditadura”, afirma o historiador Pedro Campos.

Na época, Sebastião se tornou alvo de grupos guerrilheiros, como a Ação da Libertadora Nacional (ALN) e a VPR, comandada por Carlos Lamarca. Seu nome é mencionado em depoimentos e publicações da ALN como alvo preferencial, ao lado de outros empresários, como Pery Igel (Grupo Ultra/Ultragás) e Roberto Campos (Univest/Investbanco). “Existe uma característica comum entre os três supracitados cavalheiros: todos financiam a repressão policial da ditadura, pagam os carrascos da OBAN (Operação Bandeirantes) e dão prêmios de milhões de cruzeiros por cada guerrilheiro assassinado”, publicou a ALN na quinta edição de seu jornal “Venceremos”.

A proximidade com a ditadura também lhe rendeu diversas obras públicas para alavancar seu negócio, mesmo fora do Brasil. A participação de sua empresa na construção da hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, teria sido uma [imposição ao governo de Ernesto Geisel](#) feita por seu parceiro de pescaria, o ditador Alfredo Stroessner, que governou o Paraguai por 35 anos.

Avesso a entrevistas, Sebastião Camargo declarava abertamente sua simpatia pelo regime autoritário, mesmo após a redemocratização. “Acho que o grande progresso do Brasil foi no governo militar”, disse o fundador da empreiteira em entrevista para a Folha de São Paulo, em 1990.

Enquanto se fortalecia na construção civil, Sebastião começou a diversificar e internacionalizar seus negócios. Em 1978, a empresa estreou no exterior na liderança de um consórcio internacional para construir uma usina hidrelétrica na Venezuela. A estratégia funcionou. Em 2012 pouco mais da metade da receita líquida de R\$ 23,372 bilhões da empresa veio do ramo de cimento (com a InterCement) ou engenharia; o restante vem de áreas como concessões de transporte e energia (CCR, CPFL Energia), indústria naval (Estaleiro Atlântico Sul), incorporação imobiliária e vestuários e calçados (Alpargatas). Pertencem a este último grupo, inclusive, as marcas mais conhecidas da empresa, como as Havaianas, Topper, Rainha, Mizuno e Osklen.

O império da mais antiga das empreiteiras se viu fortemente abalado em 2009 com a operação Castelo de Areia da Polícia Federal. A investigação sobre crimes financeiros e lavagem de dinheiro da empresa trouxe à tona denúncias de formação de cartel, fraudes a licitações e pagamentos milionários a políticos de alto escalão, que beneficiariam inclusive o atual vice-presidente Michel Temer. Envolvendo diversos partidos, como o PMDB, PT, PSDB, PR, DEM, PCdoB, PSB e PP, a investigação causou embaraços tanto ao governo Lula como à oposição.

A Camargo Corrêa foi denunciada pelo Ministério Público Federal por formação de cartel nas obras do metrô de Salvador junto com a Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão e outras empresas que também estariam envolvidas no acordo. Para se defender, contratou os serviços de advocacia do ex-ministro da Justiça [Márcio Thomaz Bastos por nada menos que R\\$ 15 milhões](#). A batalha jurídica chegou ao Supremo Tribunal de Justiça, que suspendeu a operação em 2011, alegando ilegalidade na coleta de provas.

[Leia mais: um jogo para poucos](#)

Ainda hoje, porém, a Camargo Corrêa sente os efeitos da investigação. Documentos ausentes do processo original da Castelo de Areia chegaram ao Procurador-Geral da República no final do ano passado e podem reabrir o caso, que envolveria também um esquema de pagamento de propinas na concessão do Metrô Rio durante a gestão de Sérgio Cabral. [Segundo reportagem da Revista Época](#), a Polícia Federal teria descoberto tardiamente a relação entre parte das provas apreendidas na operação e o pagamento de uma dívida de R\$ 40 milhões do Estado do Rio com a Camargo Corrêa por intermédio da Opportrans. Esta empresa do Grupo Opportunity teria quitado a dívida do Estado em 12 parcelas em 2008, livrando-o assim de cinco ações judiciais movida pela empreiteira. Por sua vez a Opportrans ganhou a renovação de seu controle da concessão do Metrô Rio até 2038, porém a repassou um ano depois para a OAS e os fundos de pensão do Banco do Brasil e da Petrobras. A reportagem aponta que, para cada parcela recebida pela Camargo Corrêa, 5% teria sido destinado a Wilson Carlos de Carvalho, secretário de Governo e coordenador das campanhas de Cabral. Amigo de longa data, marido de sua prima e ex-sócio do Governador, Carlos Emanuel Miranda também teria recebido o mesmo quinhão, por meio de pagamentos no exterior.

Em 2010, ao lado da OAS, a Camargo Corrêa foi a empresa que mais investiu na campanha de Sérgio Cabral para o governo do Estado. Na ocasião, a empresa doou R\$ 2 milhões para o PMDB apenas no Rio de Janeiro. Deste total, R\$ 1 milhão foi para a campanha de Cabral. Antigo aliado do PMDB, Lindbergh Farias (PT) recebeu o mesmo valor para sua candidatura ao senado. Hoje rival da chapa peemedebista – pré-candidato ao governo do Rio – Lindbergh recebeu ainda R\$ 250 mil diretamente do empresário Julio Gerin de Almeida Camargo naquele ano.

Dentre as quatro irmãs, a Camargo é a empreiteira com menor participação em projetos envolvendo Copa e Olimpíadas. Suas participações se dão por intermédio da Invepar, empresa controlada por ela junto com os três maiores fundos de pensão do país. A Invepar está presente nas obras da Transolímpica e do VLT do Centro do Rio de Janeiro, cujos orçamentos somados chegam a R\$ 2,8 bilhões. Por meio da Intercement, outra empresa do seu grupo econômico, a Camargo Corrêa consta ainda entre os condenados pelo CADE no caso do "cartel do cimento", onde o órgão aplicou a maior multa de sua história: R\$ 3,1 bilhões.

De Minas para o mundo

Santo Estevão, Sant'Ana e São Miguel. Assim são chamadas as administradoras que controlam a holding Andrade Gutierrez S.A, segundo levantamento do projeto Proprietários do Brasil. Por trás da santa trindade estão cerca de vinte membros da família Andrade e dois da Gutierrez, que dividem entre si o controle das três empresas; à frente, um dos maiores grupos econômicos do Brasil, com uma receita líquida de quase 14 bilhões de reais em 2012, segundo seu último relatório financeiro publicado.

Da pequena empresa iniciada em Minas Gerais na década de 40 pelos irmãos Roberto e Gabriel Andrade, ao lado do amigo Flávio Gutierrez, até a atual multinacional presente em 44 países (incluindo grandes potências como Alemanha, Rússia, Índia e países com economia de menor expressão como Gana, Ucrânia e Argélia), há um longo caminho marcado por um faro apurado para oportunidades.

Irmão de Roberto e Gabriel, José Maurício de Andrade preferiu a política do que a engenharia. Entre 1947 e 1969, ele foi eleito duas vezes deputado estadual e três vezes deputado federal. Durante a gestão

de Juscelino Kubitschek no estado de Minas Gerais, José Maurício foi líder do governo na Assembleia Legislativa, além de ter trabalhado na candidatura do conterrâneo.

Não foi à toa que os negócios dos seus irmãos se expandiram na esteira do crescimento de JK no cenário político nacional: as primeiras obras rodoviárias da empresa se deram quando ele assumiu o governo; e a estreia fora do Estado, com as obras da BR-3 que ligou o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, deu-se quando JK chegou à presidência.

Como outras empreiteiras, a Andrade Gutierrez encontrou sua mina de ouro nas obras públicas. Segundo reportagem da [Revista Exame](#), esses contratos correspondiam a 98% do faturamento da empresa em 1989, durante o Governo Sarney. Na mesma época, percebendo a retração dos investimentos públicos para o setor de infraestrutura que se desenhava por conta da crise econômica do país na década de 1980, foi a vez de outro Andrade, filho de Roberto, alinhar a empresa com os novos rumos da economia. Naquela época, Sérgio Andrade foi o grande mentor da reestruturação da Andrade Gutierrez e sua expansão para além da construção.

Mas se Sérgio Andrade arquitetou a entrada da Andrade Gutierrez no ramo das teles, foi Otávio Marques quem realizou a engenharia da operação. Em 1992, ele ingressou na empresa trazendo na bagagem sua experiência na presidência da Telemig e da Telebrás, além de sua atuação na Cemig. Seis anos depois, a Telebrás foi vendida na maior privatização do Brasil por mais de R\$ 22 bilhões.

Na ocasião, a Tele Norte Leste (posteriormente transformada em Telemar/Oi) foi entregue a um consórcio composto pela Andrade Gutierrez e outras empresas, como a La Fonte Participações, de Carlos Jereissati, irmão do ex-presidente do PSDB, Tasso Jereissati. Segundo dados do último relatório, o setor de telecomunicações foi responsável por 43,2% da receita bruta em 2012: aproximadamente R\$ 7,2 bilhões.

[relacionados]

Logo depois, em 1998, a Andrade Gutierrez criou a CCR para atuar no mercado de concessões para administração de rodovias no Brasil. Assim, a empresa encerrou o século passado com o caminho pavimentado para expandir no novo milênio.

O sucesso da estratégia de Sérgio Andrade e Otávio Azevedo é evidente nos números da companhia. Em 2010, o setor de telecomunicações respondia por 56,76% da receita bruta de R\$ 18 bilhões da empresa.

Àquela altura, Sérgio já havia passado o bastão da presidência do grupo Andrade Gutierrez para Otávio Azevedo, que permanece no cargo até hoje. Atualmente, a CCR possui participação em diversos consórcios no setor de transporte não só no Brasil, como também no exterior. A lista de empresas do grupo CCR é grande e cruza fronteiras: Ponte Rio-Niterói, NovaDutra, ViaLagos, RodoNorte, AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel, Renovias, ViaQuatro, Actua, Engelog, Controlar, EngelogTec, Barcas, SAMM, STP, Transolímpica, Aeroporto Internacional de Quito, Aeroporto Internacional de San José e Aeroporto Internacional de Curaçao.

Atualmente, também fazem parte da cadeia de controle da Andrade Gutierrez empresas como a Light, Sanepar e a Cemig. A mais nova aposta do grupo é a Logimed, empresa especializada na gestão de suprimentos, operação logística e sistemas de tecnologia da informação para hospitais. A empresa presta

serviços em São Paulo, para a Santa Casa de São Paulo, Santa Casa de Marília e a Unimed, e em Minas Gerais, para o Lifecenter Hospital.

Entre os dez maiores projetos relacionados à Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro, a Andrade Gutierrez foi a segunda maior beneficiada. A empresa garantiu seu quinhão nos orçamentos para a reforma do Maracanã (R\$ 1,2 bilhão), Transolímpica (R\$ 1,6 bilhão), Parque Olímpico (R\$ 2,1 bilhões), VLT do Centro do Rio (R\$ 1,2 bilhão), Transcarioca (R\$ 1,9 bilhão) e Reabilitação da Bacia de Jacarepaguá (R\$ 673 milhões). Na maior parte deles, a Andrade Gutierrez tem a Odebrecht como parceira no negócio. São exceções apenas as duas últimas obras.

[Segundo matéria da Folha de São Paulo](#), a Andrade Gutierrez compartilhou documentações com a Odebrecht em uma concorrência para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) nas favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Ambas empresas também foram alvo de denúncia do Ministério Público por suspeita de formação de cartel em São Paulo para a construção da Linha 5 do Metrô.

Dentre grandes, a gigante

A família Odebrecht tem muito a comemorar no aniversário deste ano de 70 anos de empresa. Maior beneficiada direta com os recursos investidos em obras ligadas à Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro, ela é hoje a líder no setor de construção civil no Brasil e uma multinacional de peso.

Dos dez maiores projetos já licitados envolvendo a Copa e Olimpíada no Rio de Janeiro, a Odebrecht participa de todos, com exceção de dois: a Transcarioca e o projeto de despoluição das lagoas da Barra e Jacarepaguá – neste, [é suspeita de ter enviado uma proposta de cobertura](#) para cumprir com uma divisão de obras com suas concorrentes, de acordo com uma denúncia da revista Época.

O orçamento total dos outros oito projetos com participação da Odebrecht em consórcios ultrapassa R\$27 bilhões.

A empresa já foi investigada pelo Ministério da Justiça por cartelização em obras em portos no Rio Grande do Sul e São Paulo e denunciada pelo Ministério Público de São Paulo por participação em um cartel para obras na linha 5 do metrô da capital paulista. O [Conselho Administrativo de Defesa Econômica](#) (CADE) também apurou práticas de intimidação à concorrência por meio de acordos de exclusividade com fornecedores, no processo que trata da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau em 2010.

A história da empresa começa com a chegada de Emil Odebrecht ao Brasil, em 1856. Em terras tropicais, o engenheiro alemão trabalhou na construção de estradas no sul do país. Tempos depois, seu neto Emílio Odebrecht fundou uma empresa neste ramo em Recife, em 1923. O negócio faliu, mas inspirou o bisneto Norberto Odebrecht a fundar a Construtora Norberto Odebrecht.

Hoje, a Odebrecht possui mais de R\$ 142,3 bilhões em ativos, de acordo com [seu último relatório financeiro](#). Ao todo, são mais de 175 mil funcionários trabalhando em 25 países dos cinco continentes, sendo 27% estrangeiros. A companhia atua em diversos setores, como petróleo, agronegócio, meio ambiente, defesa, transporte, finanças, entre outros. Apesar de reconhecida principalmente como

empreiteira, grande parte de sua receita não vem do ramo de construções ou do mercado imobiliário, mas por meio do refino do petróleo brasileiro - mantendo íntima e polêmica relação com a Petrobras.

No final do ano passado, por exemplo, veia à tona a suspeita de superfaturamento em um contrato de US\$ 825 milhões com a petrolífera: ali constavam coisas como o valor R\$ 7,2 milhões para aluguel de três máquinas de fotocópias e R\$ 22 mil como salário mensal de um pedreiro nos Estados Unidos, [segundo documentos obtidos pela Agência Estado](#).

O estreitamento de laços entre a Odebrecht e a Petrobras deve muito a um Emílio, mas não aquele da família Odebrecht. Embora tenha realizado a primeira obra para a Petrobras - um oleoduto na Bahia - no mesmo ano em que a empresa nasceu, em 1953, - o que define como início de ["uma importante parceria que perdura até hoje"](#) em seu site, a empresa não era mais que uma empreiteira regional de pequeno porte até o início da ditadura militar. A partir de então as coisas mudaram - e rápido, em especial após o governo de Emílio Médici (1969-1974).

Para o historiador Bernardo Galheiro, sua chegada ao poder (1969-1974) estava ligada a uma conciliação entre os interesses de empresários paulistas e baianos. "Na época, a Odebrecht era ligada com outros setores da burguesia baiana, como o grupo Rocha Miranda, família Calmon de Sá e a família Mariani. No governo Médici, eles passaram a dividir o assento do aparato estatal com a burguesia de São Paulo. No de Geisel, assumem o comando", diz.

"Quando Geisel assume a presidência da Petrobras, ainda no Governo Médici, ele passa a contratar sistematicamente a Odebrecht; quando assume a presidência do país [1974-1979], a empresa dá um salto", confirma Pedro Campos, que pesquisou a ascensão das empreiteiras no regime militar. Os números do período não deixam dúvida: em 1971, a empresa era a 19ª maior construtora do país; dois anos depois alcançava o terceiro lugar.

Não por acaso, o primeiro projeto da Odebrecht fora do Nordeste ocorre naquele período, a construção da sede da Petrobras no Rio. Um marco não apenas da expansão da empresa, mas da aproximação que seria decisiva para a futura diversificação de seus negócios. Durante a década de 1970, a Odebrecht assumiu obras importantes, como o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o campus da Universidade da Guanabara (atual UERJ) e a Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Com o fim do "milagre econômico", veio a retração dos investimentos públicos em obras. Então, já como uma das maiores empreiteiras do país, a Odebrecht passa a comprar empresas no setor petroquímico. [Segundo](#) o site da companhia, "a estratégia adotada pela Odebrecht para construir uma petroquímica brasileira líder no setor na América Latina envolveu uma série de outras aquisições. Muitas possibilitadas pelo Programa Nacional de Desestatização, iniciado na década de 90, no qual o Governo Federal vendeu participações em empresas da área". Reunindo todas as empresas do ramo incorporadas, em 2000 a Odebrecht cria a Braskem.

No Governo Lula, a Braskem consolidou o domínio do setor petroquímico no Brasil, tendo a Petrobras e o BNDES como acionistas do negócio. Concorrendo apenas com empresas estrangeiras, em um país com um dos maiores impostos do mundo para importação de resinas termoplásticas, a Braskem controla o

preço de derivados de petróleo. No ano passado, [em requerimento](#) para a redução das taxas de importação, o deputado Sandro Mabel (PMDB) considerou a Braskem um "monopólio com mais de 80% do mercado de resinas termoplásticas", cujo poder de mercado cria "inflação nos produtos que são consumidos pela classe mais necessitada".

A Odebrecht vem recebendo seguidamente financiamentos bilionários do BNDES: entre 2004 e 2013, a Fundação Odebrecht, a construtora e a Odebrecht Óleo e Gás receberam juntas mais de R\$ 498 milhões, segundo levantamento feito pela reportagem com dados obtidos no site da empresa e por Lei de Acesso à Informação. Mas a preferida do BNDES é a Braskem: apenas entre 2008 e 2013, esta empresa do grupo recebeu mais de R\$ 4,1 bilhões em empréstimos. A Odebrecht é ainda a maior beneficiada com desembolsos do BNDES para operações de exportação. Entre 2009 e março de 2014, foram repassados mais de U\$ 5 bilhões para a empresa.

Recentemente, a família entrou também no setor armamentício, com a Odebrecht Defesa e Tecnologia, que “concebe, implanta, integra e gerencia tecnologias e produtos de uso militar e civil”. Entre 2007 e 2010 o orçamento do Ministério da Defesa aumentou 45%. E a Odebrecht foi uma das maiores beneficiadas pelos investimentos na Marinha. Junto com a empresa francesa DCNS abocanhou um contrato de R\$ 21 bilhões – [sem licitação](#) – para a construção do submarino nuclear brasileiro, a ser entregue em 2023, além quatro submarinos convencionais.

Mesmo após deixar a presidência, Lula continua fortalecendo a empresa dentro e fora do país. Em viagem oficial o ex-presidente escalou um executivo da Odebrecht para a comitiva que representaria o país na Guiné Equatorial. [De acordo com levantamento da Folha de São Paulo, feito em março de 2013](#), a Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa pagaram quase metade das viagens internacionais de Lula, após deixar a presidência, até aquela data.

Segundo Emílio Odebrecht Jr, sua aproximação com Lula começou em 1992, quando Mário Covas apresentou um ao outro. Em 2008, o empresário afirmou que o encontro gerou “uma relação extremamente gratificante” e sentenciou: [“O presidente Lula não tem nada de esquerda, nunca foi de esquerda”](#).

Três anos depois, na apresentação do projeto do Itaquarão – construído também pela empresa – o mesmo Emílio Odebrecht [saudou a chegada de Lula exclamando](#): "Meu chefe!".

[Leia mais: Um jogo para poucos](#)

Adriano Belisário realizou a pesquisa em parceria com o o projeto "[Quem São Os Proprietários do Brasil?](#)"

Desaparecidos e esquecidos

Categoria : [Reportagens](#)

Data : 26 fevereiro, 2014



Em julho do ano passado, um grito ecoou na maior favela da zona Sul do Rio de Janeiro e ultrapassou fronteiras. Como se viesse das caixas de som da rádio poste da Rocinha, o clamor da viúva do pedreiro desaparecido nas mãos da polícia multiplicou-se pelas faixas dos protestos de rua, que sacudiam o país desde junho, e ganhou as redes sociais.

“Cadê o Amarildo?”, o mundo passou a perguntar, como se o conhecesse ali do botequim do Julio, na parte baixa da comunidade. Com a pressão da sociedade, as investigações seguiram adiante. Acabaram revelando que o marido de Elisabete Gomes, trabalhador e pai de 7 filhos, foi torturado e morto pelos policiais da UPP da Rocinha.

Os 25 policiais indiciados por participação nas torturas que levaram Amarildo à morte começaram a ser julgados este mês. Seu corpo, porém, continua desaparecido. Ainda assim o desfecho é uma raridade entre os casos de desaparecimento no Rio de Janeiro – muitos sequer são investigados.

O caso de Amarildo foi o único a ganhar visibilidade entre os 6.034 desaparecimentos contabilizados entre novembro de 2012 e outubro de 2013, [pelo Instituto de Segurança Pública \(ISP\)](#) – não há dados mais recentes disponíveis. Desde o primeiro ano do governo Sérgio Cabral, as estatísticas do ISP

(vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro) apontam quase 40 mil desaparecidos.

Além da fragilidade das investigações policiais, o [desaparecimento do pedreiro](#), denunciado por Elisabete, escancarou a violência encoberta pela empolgação com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criada a partir de novembro de 2008, com a promessa de “pacificar” as favelas cariocas, martirizadas pelo crime organizado e pela polícia.

“Eu não vou parar de gritar, deixar isso impune. Já que eles (os acusados pelo crime) tão na m..., porque não falam logo onde está meu marido? A família do Amarildo não é fácil. Não vamos calar a boca. Mesmo que meu marido fosse traficante, não tinha que matar, tinha que prender”, reafirma ainda agora Elisabete, as palavras atropeladas pela velocidade da fala, que é a sua arma desde o desaparecimento de Amarildo. Quanto mais gente ouvir o que ela diz, melhor. “No outro dia eu já estava no Wagner Montes (programa policial da Record), na Globo, em tudo que é lugar”, conta.

Dedo apontado para a polícia

[Desde 15 de julho, Bete insiste: o marido desapareceu pelas mãos de policiais da UPP](#), instalada 10 meses antes para substituir a dominação territorial do tráfico de drogas na favela da Rocinha. O disse-me-disse para desacreditar a versão da mulher de Amarildo começou naquele dia. [O soldado Douglas Vital, responsável pela abordagem agressiva do pedreiro, disse que não conhecia Amarildo e o confundira com um traficante chamado Guinho](#) - apesar de já ter prendido um de seus filhos e de testemunhas relatarem que ele ameaçava Amarildo. O comandante da UPP, major Edson Santos, disse que o pedreiro havia sido liberado depois de uma averiguação de rotina e saíra da sede da unidade pela “escada da Dionéia” - [câmeras de segurança não confirmaram sua versão](#).

O então delegado adjunto da 15ª Delegacia de Polícia (Gávea), Ruchester Marreiros, [disse que Amarildo e Bete prestavam serviços para o tráfico](#) e chegou a pedir a prisão da esposa do pedreiro. Por ele, a investigação teria terminado logo na primeira semana, com a conclusão de que Amarildo teria sido morto pelos traficantes, que persistem na comunidade, como suposto X-9 - numa escuta telefônica forjada pelos PMs, um “traficante” assumia a culpa pelo crime. Mas Bete não desistiu.

“Procuramos em tudo que era parente. Fomos em Nova Iguaçu, Alcântara, e nada. Aí começamos a procurar em delegacia”, lembra Bete enquanto caminha pelas ruelas da Rocinha, sob olhares dos policiais da UPP, ao lado dos três filhos mais novos, que se recusam a deixar a mãe sozinha desde o sumiço do pai.

Relembra a história: “Chegamos na delegacia e fomos maltratados pelo delegado lá. O delegado veio cheio de abuso comigo. Disse que a gente era envolvido. Disse 'vai embora, some daqui, vai procurar seu marido noutro lugar'. Depois disse 'tô só alisando a sua cabeça'. Eu falei 'moço, tô atrás do meu marido, o policial sumiu com o meu marido e os documentos dele também’.”

Naquele julho, o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, vivia uma onda de protestos, reivindicando principalmente cidadania. A violência dos agentes do Estado contra um negro, morador de favela, tantas vezes repetida, dessa vez foi cobrada nas ruas por uma multidão indignada. O governo teve que dar prioridade ao caso. Foi quando o então delegado titular da 15ª DP, Orlando Zaccone (hoje na 30ª DP -Marechal Hermes) mudou o rumo das investigações. O crime passou a ser apurado como assassinato e o

caso passou depois para a Divisão de Homicídios (DH).

Na divisão especializada, [os investigadores concluíram que o pedreiro foi torturado dentro da própria sede da UPP](#). As “técnicas” utilizadas envolviam asfixia com saco plástico na cabeça, choque elétrico na planta dos pés molhados e afogamentos na privada.

Mais grave: esses “métodos” eram usados corriqueiramente contra “suspeitos” na unidade comandada pelo major Edson Santos, ex-agente do Batalhão de Operações Especiais (Bope), de acordo com os depoimentos de 22 pessoas que sobreviveram às torturas, anexados ao inquérito de mais de 2,6 mil páginas sobre o caso Amarildo.

A resistência dos policiais acusados em dizer onde está o corpo de Amarildo também chamou a atenção de especialistas em violência para um fenômeno cada vez mais nítido no Rio de Janeiro: o crescimento no número de desaparecimentos, que alguns relacionam com outro índice alterado, este, em queda: o registro de mortes provocadas por policiais.

[Leia também: O repórter Giuliander Carpes relata os bastidores da reportagem](#)

[Veja também: O Mapa dos desaparecimentos](#)

O sobe e desce do crime

O Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro reconhece que o desaparecimento de pessoas assumiu viés de alta desde o início dos anos 1990. Em 1991 foram registrados 2.616 casos. Em 2003, o número pulou para 4.800 desaparecidos, e depois de uma queda de 19,4% no governo de Rosinha Garotinho - foram 3.877 em 2006, recuperou o fôlego no governo Cabral quando os sumiços aumentaram 32%.

Por outro lado, os números do ISP referentes a homicídios dolosos caíram praticamente na mesma medida: 35% (de 6.133 casos, em 2007, para 4.543 de novembro de 2012 a outubro de 2013). E a queda é ainda maior ao se examinar as taxas de autos de resistência (mortes de civis em confrontos com policiais) na comparação dos mesmos períodos: 72% (de 1.330, em 2007, para 402 casos entre 2012 e 2013).

Em 2009, o ISP realizou uma pesquisa para verificar se – e em quantos casos – os desaparecimentos poderiam estar encobrindo homicídios – praticados por policiais ou não-policiais - através da ocultação de cadáver. As conclusões minimizaram a importância do fenômeno: segundo o instituto de pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, com pouco mais de 400 familiares de desaparecidos contatados por telefone, 71% dos desaparecidos já haviam retornado para casa e apenas 7% foram encontrados mortos; 15% jamais foram vistos novamente, vivos ou mortos.

Como os crimes não foram investigados, pouco se sabe além desses números obtidos em um estudo que “apresenta algumas limitações metodológicas, como uma mostra pequena e um contato com os denunciante feito pela via telefônica”, como explica o sociólogo Ignacio Cano, sociólogo coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Obscuras estatísticas

Ainda assim, as especulações de que os desaparecimentos estariam encobrindo crimes ganharam força. Até por que, um ano antes da pesquisa, a antropóloga Ana Paula Miranda, ex-diretora do ISP, [afirmara para o jornal O Estado de S. Paulo](#) que “o governo não contabilizava autos de resistência na soma final de homicídios dolosos” e que “alguns casos que são claramente homicídios [os casos] estavam sendo registrados como encontro de cadáveres e ossadas”. O sociólogo Gláucio Soares, que comandou o estudo de 2009, publicou então [um artigo no jornal O Globo](#) desqualificando a hipótese, dizendo que as estatísticas fluminenses não eram maiores do que a de outros países e que homicídios e desaparecimentos “não eram farinha do mesmo saco”.

A dificuldade de obter números oficiais confiáveis, porém, continua a ser um obstáculo para os que se dispõem a aprofundar as pesquisas sobre o tema. “É preciso fazer muito trabalho de campo porque os dados em si não vão falar nada. A própria forma dos registros, os boletins de ocorrência não falam muita coisa. Eles já são feitos propositadamente para não deixar pistas das coisas”, opina o sociólogo Fábio Araújo, que em 2012 apresentou uma tese de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre desaparecimentos forçados.

Outro motivo para a desconfiança dos pesquisadores em relação às estatísticas policiais é o fato de que as quedas de homicídios e autos de resistência estão entre as metas do programa de redução de criminalidade da Secretaria de Segurança Pública do estado. Quando a chamada “letalidade violenta” cai, há bônus em dinheiro para os membros de batalhões da polícia militar e delegacias de polícia civil. Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão, o repasse total em 2013 foi de R\$ 59.862.142,64, distribuídos entre 8.036 servidores.

“Naturalmente, quem vai ser avaliado não pode produzir sozinho esta informação, tem que haver algum outro esquema para garantir que aquela informação é fidedigna, muitas vezes o interesse da delegacia pode ser não registrar”, diz o economista Daniel Cerqueira que se debruçou sobre as estatísticas de mortes violentas para realizar uma pesquisa para o Ipea (Instituto de Pesquisas e Análises). “Não é uma hipótese de manipulação do sistema (de dados), mas sim uma hipótese de manipulação do ser humano. É algo até natural se formos pensar que ele está trabalhando para ganhar lá na frente”, pondera.

Na pesquisa “Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro”, Cerqueira cruzou os dados do ISP e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde - considerados internacionalmente como mais confiáveis. Toda morte violenta cuja causa não é logo elucidada comunicada ao SIM deve gerar uma investigação com participação de legistas e da polícia, que então concluirá se foi ou não fruto de crime. Segundo Cerqueira, no entanto, desde 2007 o governo Cabral dificulta o repasse de informações das autoridades policiais para as de saúde, fazendo crescer os casos qualificados como mortes sem causa esclarecida.

“Os dados passaram a perder muita qualidade. Muitas mortes por arma de fogo ficam registradas no SIM como mortes violentas de causa indeterminada”, explica o pesquisador, que considera essas mortes violentas como “homicídios ocultos”.

Os números são significativos. Embora o número de homicídios tenha permanecido estável entre 2006 e 2009, as mortes violentas de causa indeterminada correspondiam a 62,5% do número total de mortes

registradas em 2009 no SIM. Em números absolutos, isso significa que 3.165 homicídios deixaram de ser incluídos nas estatísticas do ISP daquele ano.

Por outro lado, o Rio de Janeiro é o campeão brasileiro em número de mortes violentas indeterminadas. Nos registros de São Paulo, por exemplo, a taxa dessas mortes passou de 11 por 100 mil habitantes entre 2000 e 2006 para 6 por 100 mil habitantes entre 2007 e 2009, igual à média nacional. No Rio, nos mesmos períodos essa taxa subiu de 12 para 22 por 100 mil habitantes.

O ISP respondeu às conclusões do Ipea com uma nota. "Os bancos de dados da Secretaria de Estado de Segurança, compilados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), e da Secretaria de Estado de Saúde, tratados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), são distintos em sua finalidade, temporalidade e categorização dos dados. Por isso, qualquer comparação entre os bancos de dados da Segurança e da Saúde que não considere essas diferenças resultará em conclusões equivocadas."

Alheio à discussão estatística, o advogado João Tancredo, que representa a família de Amarildo na Justiça, conhece bem os crimes cometidos por policiais no Rio de Janeiro. Há anos ele acompanha casos que envolvem violência de agentes do Estado – dentro e fora do expediente – contra a população e não tem dúvidas: o aumento dos desaparecimentos está intimamente ligado à diminuição dos homicídios causados por policiais.

"Para mim, o auto de resistência hoje em dia tem se tornado desaparecimento. Por quê? O auto tem os nomes das vítimas e dos policiais militares. Se a família (da vítima) cobra providências, a sociedade civil se mobiliza e o PM que matou alguém de forma covarde vai para a cadeia. Ao governo do estado é melhor ter a aparência de paz. O aumento dos desaparecimentos faz sentido nesta ideia. Desaparecimento não tem autor", pondera.

Tancredo também conhece bem a atuação das milícias formadas majoritariamente por policiais "justiceiros" e corruptos. Em 2008, como presidente do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (IDDH), chegou a ter o carro – blindado – alvejado por quatro tiros ao investigar uma denúncia de moradores da favela Furquim Mendes sobre um policial que estava cometendo crimes na região - conhecido então como "Predador", um miliciano.

No berço das milícias

Os policiais de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, estão entre os que mais se beneficiaram dos bônus pela queda nas estatísticas de "letalidade violenta" no ano passado - a região teve o segundo melhor resultado do estado, atrás apenas da pequena Barra do Piraí, no interior do estado. Em dezembro, o governo anunciou que cada policial da região receberia R\$ 9 mil a mais no contracheque pelo cumprimento da meta.

De fato, os homicídios caíram bastante por lá. Em 2011, foram registrados 149; em 2012, 106 casos, e apenas 60 homicídios constam nos dados disponíveis dos últimos 12 meses (seis deles registrados como autos de resistência) – correspondendo a uma queda de 60%. Mas os desaparecimentos só aumentaram. Passaram de 212 para 249 entre 2011 e 2012 e já somam 278 casos nos últimos 12 meses. É a delegacia que mais registra desaparecimentos no Estado.

Campo Grande é conhecido por moradores e especialistas como o berço das milícias, que continuam a agir com a maior desenvoltura através da cobrança de taxas da população – para autorizar a circulação das vans, dos caminhões de gás, instalar TV a cabo pirata e, claro, fornecer “serviços de segurança”. Esses “serviços” incluem dar fim a “suspeitos” de pequenos crimes ou de importunar a ordem local.

"Muitas das milícias são formadas por policiais em atividade. A escala da PM é de 24h de trabalho por 72h de folga. Nestas 72h de folga, o PM vira miliciano. É o bico. E o objetivo da milícia é desaparecer com marginal", diz o sociólogo Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro "Quando a Polícia Mata".

[No dia 31 de julho de 2012, Donício Alves Vianna Júnior, conhecido como Dony e morador da comunidade de Bel Clima, em Campo Grande, desapareceu.](#) Naquela noite, pretendia sair com o primo e com a cantora Anitta - que ainda não tinha caído nas graças do público, apenas na lábria do Don Juan de Bel Clima, com quem tinha um *affair*. Tudo que se descobriu sobre o desaparecimento do garoto de 22 anos, estoquista de uma empresa que prestava serviços para Michelin, é que ele foi rendido naquela noite por volta das 21h30 por um grupo de quatro homens.

Fui visitar a família de Dony em Bel Clima, uma das grandes ilhas de pobreza que se encontram nesse bairro de classe média, como acontece em todo lugar no Rio de Janeiro. No meio da tarde quente de janeiro, a praça estava iluminada pelo sol incandescente do verão e crianças brincavam despreocupadas nos brinquedos do play. Aliás, como lembram seus familiares, a praça onde Dony desapareceu é muito frequentada, mesmo à noite. Ainda assim os sequestradores não se intimidaram.

“Dizem que aqui não tem milícia, só que tem sim. É pior ainda que outros lugares porque aqui ela não dá tanto na vista”, diz Robson da Silva Heringer, primo e melhor amigo de Dony. Antes do desaparecimento, os dois eram unha e carne, compartilhavam segredos. Robson conta que Dony assinou sua sentença de morte ao se envolver com a amante de um dos chefes da milícia local, seu vizinho. "O moleque era 'pintoso'. E era chato. A gente ia lá para o Camaleão (boate), lá para o lado do RioCentro, e ele pegava geral. Vinha todo dia falando de mulher”, conta o primo enquanto conversamos no local onde o garoto desapareceu.

“Onde ele chegava juntava um monte em cima dele, né? A maioria das amizades dele eram com mulher”, concorda a mãe de Dony, Vera Lúcia Vianna, com uma pontinha de orgulho.

Dony conheceu a Eva de seu Paraíso semanas antes de desaparecer, no salão onde cortava o cabelo, ali perto. Comentou com o primo que a loira estava dando mole. Pergunto a Robson se o primo sabia que a moça estava envolvida com um miliciano. "Creio que não. Se ele soubesse, não seria tão burro. Mulher tem aos montes por aí", responde Robson.

Na emboscada, os milicianos deram socos, tapas e ameaçaram Dony com um fuzil. Pelo menos um deles vestia uma camisa cinza onde se lia “POLÍCIA CIVIL”. Entraram no seu carro e obrigaram-no a dirigir para o nada.

Sem dormir, a família ficou dois dias procurando por ele: foram no Instituto Médico Legal, visitaram

favelas, reviraram matagais da zona oeste conhecidos como locais de desova dos milicianos. “Nós rodamos isso tudo atrás do meu filho. Entrei em todas as favelas. Meia-noite estava naquela de Cosmos”, conta Vera Lúcia com a voz cansada e o olhar perdido na tatuagem que fez para o filho no braço.

Cosmos é uma localidade que rima com milícia. Lá os integrantes destes bandos andam com uma arma na mão e mulheres, bebidas ou “vagabundos” no outro braço. “Campo Grande todo é da galera de Cosmos. Tudo que é quadrilha de Campo Grande presta contas lá”, explica Robson. “Cosmos é o quartel-general deles”, diz o pai de Dony.

O Fiat Siena preto que Dony dirigia ainda apareceu uma vez depois do sumiço dele. Outro primo do garoto perseguiu de moto o veículo que rodava em alta velocidade pelas estradas de Campo Grande. Derrapou numa curva, caiu, machucou o braço, e nunca mais ninguém viu o carro de novo.

Segundo o inquérito aberto para investigar o caso, não havia policiais civis envolvidos, mas sim quatro policiais militares do 27º (Santa Cruz) e 40º (Campo Grande) batalhões que foram presos. Dois comparsas e a loira continuam foragidos. Enquanto conversamos na calçada, Robson aponta um Renault Sandero com vidros pretos que, segundo ele, foi o carro que abordou Dony no dia do crime. Um dos suspeitos estaria ali dentro, ele diz.

“Eles espalharam câmeras por aqui tudo, já devem até ter visto que estamos conversando”, diz Robson. O carro passa lentamente, parece que a não mais do que 5 km/h. Não é possível ver quem está dentro do veículo por causa dos filtros nas janelas do carro, mais escuros do que a lei permite.

[Leia também: O repórter Giulianer Carpes relata os bastidores da reportagem](#)

[Veja também: O Mapa dos desaparecimentos](#)

Para o delegado, fato isolado

O delegado da 35ª DP (Campo Grande), Marcus Drucker Brandão, encarregado do inquérito, me recebe no escritório quase desprovido de mobília, ocupado por uma mesa coberta de pilhas de papéis. Puxou uma cadeira para escutá-lo. Ele começa por criminalizar a vítima, que segundo ele, estava “prestando vestibular para o crime”. “Uma testemunha conta que ele havia dirigido um carro para outro colega tentar matar um miliciano”, diz.

Depois disse que o caso de Dony é “um fato isolado” no bairro que, segundo ele, nem tem mais as milícias formadas majoritariamente por policiais. “Hoje estes grupos são o que nos Estados Unidos chamam de gangues. A grande maioria dos policiais e ex-policiais que comandavam as milícias estão presos. Neste vácuo de poder do crime, eles foram substituídos por civis. O problema é que, por continuarem sendo chamadas de milícia, elas passam uma condição oficial, ou oficiosa, para a comunidade”, discursa.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, que destacou a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas e Organizadas e Inquéritos Especiais (Draco-IE) para combater as milícias, entre 2007 e 2013, 857 milicianos foram presos, contra apenas cinco em 2006.

Brandão diz ainda que a maior parte dos desaparecimentos é de gente que perde o caminho de casa por sua própria vontade. "Há muitas famílias desestruturadas na região."

Não é essa a realidade que apontam as pesquisas acadêmicas. Segundo um estudo recente da antropóloga Alba Zaluar, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da UERJ, em conjunto com Christovam Barcellos, da Fiocruz, a milícia domina 454 das 1001 favelas localizadas no município do Rio de Janeiro - o equivalente a 45%.

"Lá (em Campo Grande) estão as milícias. Lá também estava a maior taxa de homicídios do município. É a milícia que está matando. Vai investigar o quê? Começar por onde? Miliciano enterra no meio do mato e acabou. As famílias têm medo. O máximo que elas fazem é registrar o desaparecimento, quando o fazem. Muitos desaparecimentos nem são registrados. Acho inclusive que a maioria dos desaparecimentos que são, na verdade, assassinatos não são notificados", opina Misse.

Com ele concorda Ignácio Cano, autor do livro "No Sapatinho", sobre a evolução dos grupos paramilitares no Rio de Janeiro: "Apesar do número de denúncias ter caído a partir de 2009, a repressão não conseguiu desarticulá-las (as milícias). Há indicações de que elas continuam atuando normalmente", afirma.

Em seu estudo, Cano propôs um modelo estatístico cruzando dados de denúncias contra milícias e registros de desaparecimentos e homicídios até 2011. Para ele, ficou estabelecida a ligação dos sumiços em Campo Grande com os grupos paramilitares da região. "Elas estão matando menos, mas estão sendo mais discretas nos seus homicídios, recorrendo ao desaparecimento de pessoas como alternativa. Os registros oficiais de desaparecimentos, a despeito das suas limitações, parecem confirmar uma tendência de aumento de casos em locais e momentos que a milícia está mais presente."

Há moradores de Campo Grande que aprovam e outros que temem a atuação das milícias. Um deles, ex-colega de escola de alguns milicianos que atuam sob o codinome de personagens do game Street Fighter, descreve com rigor e certo fascínio um dos métodos utilizados pelos criminosos para desaparecer gente. "Eles fazem um corte do pescoço até o umbigo e retiram as vísceras da pessoa. Aí jogam no rio Guandu. Sem as vísceras, o corpo não boia, afunda."

O rio, que passa por Campo Grande e deságua na Bacia de Sepetiba, é onde está localizada a estação de tratamento de água (ETA) Guandu. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) se orgulha da construção: é a maior do mundo, reconhecida pelo Guinness, o livro dos recordes. Um funcionário da empresa comenta que não há dia que não tirem um cadáver da peneira da ETA Guandu direto para o IML. Desde 1955, sai dali a água que abastece toda a cidade do Rio de Janeiro e boa parte da Baixada Fluminense. O líquido pinga das torneiras insípido, incolor, com cheiro de morte.

Na mira do tráfico

[Outro caso de desaparecimento investigado nessa reportagem](#) é o de Felipe Rodrigo Pinheiro Venâncio, no dia 22 de novembro de 2008, em Duque de Caxias. Felipe morava na Cruzada São Sebastião, uma ilha de pobreza no coração do Leblon, bairro com o metro quadrado mais caro do Brasil. Construído em 1955 para abrigar os moradores despejados da favela Praia do Pinto, o conjunto habitacional tem 10 prédios e 945 apartamentos construídos em padrão muito inferior ao dos edifícios vizinhos.

Mas o garoto de 20 anos gostava de ficar no apartamento onde morava, no bloco 5. De lá só saía para dar uma passada num bar ao lado ou para visitar familiares em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade. No dia fatídico, a contragosto da mãe, Gracilea de Alcântara Pinheiro, cedeu ao pedido da namorada de passar a noite de sábado com ela em Nova Campina, na Baixada Fluminense. A sogra estava de aniversário. Segundo relatos, foi a última festa que o jovem participou na vida.

No dia seguinte, o telefone da casa da mãe de Rodrigo tocou por volta das 16 horas. Sua irmã, Patrícia, atendeu. "Meu irmão, não! Meu irmão, não!", repetia, antes de desmaiar. Do outro lado da linha, a namorada do jovem, Juliana, dizia que Felipe havia sido raptado por três homens enquanto jogava futebol num campo ao lado do "Brizolão", uma escola de Nova Campina construída durante o mandato do finado governador. E desligou.

Sem o telefone ou o endereço da namorada, a família de Rodrigo penou ao iniciar a busca. Na delegacia, só aceitaram registrar o boletim de ocorrência no dia 25, três dias depois do desaparecimento. "Em todo lugar só faltaram falar que eu era mentirosa. O inspetor que nos atendeu disse: 'Esta história está muito mal contada'. Eu não podia inventar outra história porque foi o que a Juliana passou pelo telefone. Ela não falou com a gente pessoalmente", conta a mãe.

Diante da família, a polícia atacava a vítima, um jovem negro morador de uma comunidade onde sabidamente existe tráfico de drogas, consumidor ocasional de maconha. Vale tudo para evitar uma investigação aprofundada, como descobriria depois a família de Amarildo.

"Eles acham que filho de pobre é tudo traficante, não pode estudar, se formar. Então se acontece alguma coisa é porque é vagabundo", afirma a irmã do desaparecido. "Ninguém podia dizer que era traficante. Não tinha registro na polícia nem nada. E mesmo se fosse, ele é um cidadão."

Em depoimento ao delegado, Juliana e o pai dela disseram que não sabiam quem poderia ter levado Felipe. Uma semana depois do desaparecimento, porém, o pai de Juliana apareceu na Cruzada com todas as roupas que Rodrigo havia levado para Nova Campina: uma camiseta azul clara, calça bege, uma bermuda, um par de tênis, meias e até a cueca. Também devolveu os documentos do rapaz.

"Passei isso para a polícia, mas não colocaram no boletim de ocorrência. Não consegui entender como ele chegou com a roupa toda completa do garoto e os documentos dele. Eu disse para ele pelo menos telefonar para a delegacia, contar o que tinha acontecido. Ele respondeu: 'Sinto muito. Eu sei quem matou seu filho, mas não posso falar porque eles estão na frente da minha casa 24 horas por dia. Se a gente falar quem fez, vão matar todo mundo. E a Juliana teve que tirar de casa porque eles querem matar ela também.'"

Histórias que chegaram aos ouvidos da família dão conta que Juliana teria envolvimento anterior com um traficante de Nova Campina integrante de uma facção rival aos "donos" do comércio de droga da Cruzada. A ex-namorada estaria então nos braços de um inimigo.

A investigação da polícia não comprovou esta versão nem qualquer outra. O inspetor que me recebeu na 62ª DP (Imbariê) disse apenas que o caso foi relatado no ano passado ao Ministério Público. Desde então

permanece parado, já que não há provas para acusar ninguém da responsabilidade pelo crime.

Encontrei a casa que Juliana e sua família moram em Nova Campina, o local onde Felipe teria passado seus últimos momentos. É uma região humilde, as ruas não têm nome e a residência deles foi construída com muitas tábuas de madeira de procedências diferentes. Mandeí um recado por uma vizinha para pedir para conversar com eles. Ela me diz que eles ficaram desesperados e pediram para ela falar que não conseguiu encontrá-los. Não querem remoeir o caso.

Duque de Caxias é a maior cidade da Baixada e responde por 298 desaparecimentos - um quarto do total dos casos registrados entre novembro de 2012 e outubro do ano de 2013. Também é o primeiro município fora da capital fluminense a receber uma UPP, na favela da Mangueirinha, inaugurada em fevereiro.

Tive acesso a muitos casos desses casos de desaparecimento ocorridos há 3, 4, 8 e até dez anos que não foram devidamente investigados. Terminaram como o de Felipe, sem identificar responsáveis. Há no máximo indícios. Ninguém é punido. O velho ditado “não há corpo, não há crime” prevalece.

[Leia também: O repórter Giuliander Carpes relata os bastidores da reportagem](#)

[Veja também: O Mapa dos desaparecimentos](#)

Mortes inconclusas

Uma portaria da polícia civil do Rio de Janeiro de fevereiro de 2013 passou a exigir que as delegacias enviem os casos de desaparecimento não solucionados no prazo de 15 dias para a Seção de Descoberta de Paradeiros da Divisão de Homicídios - a mesma que investigou o sumiço de Amarildo. No entanto, nem sempre a norma é respeitada; outras vezes é a seção que não tem como dar conta da demanda.

Após uma pressão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, [o Senado aprovou um projeto de lei](#) para tipificar os desaparecimentos e transformar os sumiços forçados em crime. A votação ocorreu pouco depois do caso Amarildo. Se aprovado também pela Câmara dos Deputados, a prática será incluída no rol dos crimes hediondos. A pena de prisão pode variar de 6 a 40 anos. Enquanto isso, prevalece o abandono dos casos.

Amarildo estava construindo uma laje no barraco onde morava para fazer um quarto para as filhas. Prometeu à Milena, de seis anos, que não morreria antes de terminar a obra. O dia em que Dony desapareceu foi o seu último de trabalho como estoquista. O dia seguinte seria sua estreia em um novo emprego, mais bem remunerado. Felipe só queria sair de moto nova por aí com a namorada.

São mortes inconclusas. Há dias que os familiares sonham no retorno dos sumidos com vida carregando os tijolos da obra, de volta do trabalho ou em cima de uma moto. Noutros, só gostariam de poder enterrá-los com dignidade, sete palmos de paz, o fim da angústia. “Medo? Eu não tenho nem um pouco”, diz a mãe de Dony, que se mudou de Campo Grande para o bairro vizinho de Bangu para evitar o local onde o filho foi visto pela última vez. “Eu tenho vontade de falar com quem fez isso cara a cara. Ele tirou a coisa mais importante da minha vida. Se ele me matar, está fazendo até um favor. Eu só queria ter o prazer de falar 'você não tem filho, não, seu canalha? Você tirou a vida do meu filho tão jovem. Você não deve saber amar.’”